

Relatório de Acompanhamento Fiscal

18 DE MAIO DE 2022 • Nº 64

DESTAQUES

- Projeção para o PIB é revisada de 0,5% para 1,0% em 2022 e de 2,0% para 1,0% em 2023.
- Projeção para o IPCA é revisada de 5,3% para 7,9% em 2022 e de 3,2% para 4,0% em 2023.
- Diante da piora da inflação, a taxa Selic deve subir até 13,25% em 2022, diminuindo para 9,5% em 2023.
- PIB nominal e inflação mais elevados aumentaram as projeções para a arrecadação de tributos entre 2022 e 2031.
- Medidas adotadas pelo Poder Executivo da União produzirão efeitos na arrecadação neste e nos próximos anos.
- Receita líquida do governo central deverá atingir 18,0% do PIB em 2022.
- Limite para gasto com precatórios alivia execução orçamentária no curto prazo, mas pressiona no médio prazo.
- Em 2027, os pagamentos não efetuados por força da regra do teto de precatórios devem piorar o primário em 2 pontos percentuais do PIB.
- Auxílio Brasil de R\$ 400 não altera o balanço de riscos para o cumprimento do teto de gastos no curto prazo.
- Risco de descumprimento do teto até 2024 ainda é baixo.
- Em 2025 o risco de descumprimento do limite de despesas é moderado e de 2026 em diante passa a ser elevado.
- Projeção para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) foi revista para 78,9% do PIB em 2022.
- No período recente, inflação elevada propiciou a redução da DBGG como proporção do PIB.
- No cenário base, tendência para a DBGG é de relativa estabilidade até 2031.
- Redução dos atuais níveis de endividamento exigirá a geração de maiores superávits primários.



SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

Diretor-Executivo

Daniel Veloso Couri

Diretora

Vilma da Conceição Pinto

Analistas

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

Assessora de Comunicação

Carla Cristina Osório Caldas

Estagiários

Allanda Martins Dias

André d'Alva Martins Rodrigues (voluntário)

Pedro Ribeiro de Santana Gonzaga

Layout do relatório

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF



Carta de Apresentação

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) é a análise mensal de conjuntura da IFI e atende às finalidades previstas no art. 1º da Resolução do Senado nº 42, de 2016. Periodicamente, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário para os próximos anos. É o caso desta edição, que atualiza as nossas projeções das principais variáveis macroeconômicas e fiscais para o período de 2022 a 2031.

A primeira seção analisa o contexto macroeconômico. Desde a última revisão de cenário, em dezembro, o ambiente externo piorou. O mundo crescerá menos em 2022. O Brasil conta com fôlego extra: o desempenho positivo da atividade no começo de 2022 e o efeito de medidas como a liberação do FGTS sobre o consumo das famílias elevaram a projeção de crescimento do PIB de 0,5% para 1%. Mas a inflação segue resiliente. No cenário base, o IPCA termina 2022 em 7,9% e cai a 4% em 2023. A Selic, por sua vez, chega a 13,25%, neste ano, e recua para 9,5% em 2023. A política monetária restritiva enfraquecerá a demanda interna nos trimestres à frente. A previsão para o PIB de 2023 caiu pela metade: de 2% para 1%. No médio prazo, vale nossa projeção de 2,1% para o PIB potencial, menor do que a média dos últimos anos (cerca de 2,5%). As circunstâncias internas impedem maior otimismo: envelhecimento da população segura o ritmo de expansão da força de trabalho e continuamos carentes de reformas com efeito substantivo sobre a produtividade.

As projeções macro, os dados realizados do exercício e as alterações legais recentes subsidiam as estimativas de receitas e despesas da União, tema da segunda seção do Relatório. A arrecadação segue com crescimento vigoroso, mas ainda sob forte influência da inflação e de fatores conjunturais, como os preços das commodities. As estimativas melhoraram ao longo de todo o horizonte preditivo. A receita primária, já descontadas as transferências a estados e municípios, deve ficar em 18% do PIB em 2022. Nos próximos anos, a tendência é de desaceleração, caindo a 16,6% do PIB em 2031.

As recentes alterações do teto de gastos, que ampliaram o espaço para novas despesas, e a desaceleração dos dois principais gastos federais – previdência e pessoal –, produzem um cenário benigno para o cumprimento da regra nos próximos anos. Isso a despeito da transformação do benefício extraordinário do Auxílio Brasil em permanente e da provável concessão de reajuste salarial de 5% aos servidores. Mas a regra segue sob pressão: a depender da magnitude, novas demandas só se viabilizariam via cortes compensatórios, e os gastos discricionários, investimentos incluídos, continuam em patamar historicamente baixo. No médio prazo, um dos principais riscos é o passivo que deve ser gerado com a limitação dos gastos com sentenças judiciais e precatórios. A regra se encerra em 2026 e, sob a hipótese de que o fluxo de novas obrigações oriundas da Justiça siga elevado, legará um passivo significativo para ser quitado em 2027.

Influenciado pelo melhor desempenho das receitas, o déficit primário, no cenário base, deve ficar em R\$ 19,2 bilhões, ou 0,2% do PIB, em 2022, menor do que os R\$ 33,7 bilhões, ou 0,4% do PIB, de 2021. Em 2025, o resultado alcançaria terreno positivo, com superávit de 0,2% do PIB. Em 2027, o pagamento do passivo de precatórios levaria a novo déficit, o qual já seria revertido no ano seguinte, chegando a 0,8% do PIB em 2031, último ano das projeções.

A expectativa de melhores resultados fiscais não se limita ao governo central. A projeção para o setor público consolidado, que considera também os entes subnacionais e as empresas estatais, é de superávit primário da ordem de R\$ 71,5 bilhões, ou 0,7% do PIB, em 2022. A dívida bruta (DBGG) deve encerrar o ano em 78,9% do PIB. No cenário base, a dívida se mantém relativamente estável ao longo do horizonte de projeção, oscilando em torno de 80% do PIB até 2031.

O quadro fiscal é melhor, mas é preciso estarmos atentos aos riscos. O controle da inflação prejudica a atividade e colocará um freio na arrecadação e na queda da dívida/PIB. Os olhos se voltam para a despesa e a experiência recente nos mostra que o teto de gastos tem sido o elo mais fraco.

Daniel Veloso Couri
Diretor-Executivo da IFI

Vilma da Conceição Pinto
Diretora da IFI

Resumo

- Desde a última revisão de cenários, em dezembro do ano passado, o ambiente externo piorou bastante com invasão da Ucrânia. Em relatório recente, o FMI revisou para baixo as estimativas para a economia mundial. As pressões inflacionárias no Brasil já vinham se acumulando antes da guerra com os desequilíbrios gerados pela pandemia e agora aumentaram. **(Página 7)**
- Do lado da atividade, os dados de curto prazo mostram certa resiliência e o suporte de medidas de estímulo, como a liberação de recursos do FGTS, deve promover fôlego adicional para o PIB de 2022. A elevação em curso da taxa Selic deve reduzir o ímpeto da demanda doméstica nos próximos trimestres. Apesar da melhora na evolução da pandemia, as perspectivas econômicas carregam um grau de volatilidade e incerteza acima do usual, tanto pelo prolongamento do conflito militar quanto pela proximidade das eleições. **(Página 7)**
- Algumas medidas adotadas recentemente pelo Executivo federal vão gerar perda de receita neste e nos próximos anos. A IFI estimou o impacto dessas ações sobre a receita primária, as transferências e a receita líquida. O alcance da maioria das medidas se restringirá a 2022. Outras, como a redução das alíquotas de IPI, produzirão perda permanente de arrecadação para a União e os entes subnacionais. A IFI estima, no cenário base, um impacto de R\$ 31,4 bilhões para a receita líquida do governo central em 2022. **(Página 17)**
- Influenciados pelo desempenho das receitas e do PIB nominal, os cenários fiscais para resultado primário do governo central melhoram. Pelo lado das despesas, alguns riscos de médio prazo ainda preocupam. Com a aprovação das Emendas Constitucionais (ECs) nº 113 e 114, o governo conseguiu abrir espaço no teto de gastos para acomodar novas despesas. Isso resultou em ampliação do gasto social que, por meio do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2022, passou a ser permanente. Uma das inovações das ECs foi a criação de um limite para gasto com precatórios. Esse limite alivia execução orçamentária no curto prazo, mas pressiona no médio prazo. Em 2027, os pagamentos não efetuados por força da regra do teto de precatórios devem piorar o primário em 2 pontos percentuais do PIB. **(Página 33)**
- A projeção da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em 2022, foi revista para 78,9% do PIB. A revisão foi motivada pela expectativa de maior superavit primário do setor público no ano, em razão do desempenho positivo da arrecadação dos entes federados, especialmente dos governos regionais. O superavit, no entanto, deverá cair até 2025, fazendo com que a dívida bruta tenha ligeira alta. De todo modo, considerando o horizonte de projeção (2022-2031), a DBGG deve se manter relativamente estável no cenário base da IFI, oscilando em torno de 80% do PIB até 2031. Em 2027,

a necessidade de pagamento do passivo de precatórios suspensos deverá agregar 1,3 p.p. do PIB à DBGG. **(Página 44)**

As publicações da IFI atendem ao disposto na Resolução n.º 42/2016 e não expressam a opinião do Senado Federal, de suas Comissões ou parlamentares. Todas as edições do RAF estão disponíveis para download em: <http://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi>.

Contatos: ifi@senado.leg.br | (61) 3303-2875

Redes sociais:  [/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE](https://www.facebook.com/INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE)  [@IFIBrasil](https://twitter.com/IFIBrasil)  [@ifibrasil](https://www.instagram.com/ifibrasil)  [/instituicaofiscalindependente](https://www.youtube.com/instituicaofiscalindependente)
 [/company/instituicao-fiscal-independente](https://www.linkedin.com/company/instituicao-fiscal-independente)

Sumário

Carta de Apresentação.....	3
Resumo.....	4
Sumário.....	6
1. CONTEXTO MACROECONÔMICO.....	7
1.1 Atualização do cenário econômico: 2022-2031.....	7
1.1.1 Atividade econômica.....	8
1.1.2 Mercado de trabalho.....	11
1.1.3 Inflação e política monetária.....	13
1.1.4 Deflator implícito do PIB e PIB nominal.....	15
1.2 Cenários alternativos.....	16
2. CENÁRIOS PARA A RECEITA TOTAL, AS TRANSFERÊNCIAS E A RECEITA LÍQUIDA.....	17
2.1 Considerações iniciais.....	17
2.2 Projeções de receitas para 2022 e 2023.....	22
2.3 Projeções de receitas no horizonte 2022-2031.....	26
3. CENÁRIOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS DA UNIÃO E O RESULTADO PRIMÁRIO.....	33
3.1 Novas projeções para as despesas primárias.....	33
3.2 Teto de gastos.....	41
3.3 Resultado primário.....	42
4. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA.....	44
4.1 Evolução recente dos juros e da dívida.....	45
4.2 Projeções.....	47
Tabelas fiscais.....	52
Projeções da IFI.....	55

1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de maio apresenta a atualização das projeções da IFI para as variáveis macrofiscais. A incorporação de dados realizados e a reavaliação das hipóteses por trás de cada um dos cenários (base, otimista e pessimista) permitem que as previsões reflitam o estado atual da economia. Uma visão geral de como são elaboradas as projeções dos parâmetros macroeconômicos que subsidiam os cenários fiscais da IFI foi apresentada no Estudo Especial nº 13².

1.1 Atualização do cenário econômico: 2022-2031

Desde a última revisão do cenário econômico, promovida em dezembro do ano passado, o ambiente externo piorou bastante com invasão da Ucrânia. O conflito militar e as sanções impostas à Rússia estão afetando o cenário de preços de alimentos e energia, principalmente pela redução na oferta de matérias-primas fornecidas pela região. A aceleração do processo inflacionário, até então impactado em parte pelo choque provocado pela pandemia, reduz a renda das famílias disponível para o consumo. O ambiente permeado de incertezas gera aversão ao risco nos mercados financeiros, com o direcionamento do fluxo de capitais para ativos de menor risco. O cenário externo torna-se ainda mais desafiador com a elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas em reação ao avanço da inflação e a política chinesa de tolerância zero contra a covid-19. As medidas de *lockdown* acentuam os gargalos nas cadeias globais de abastecimento.

Em relatório recente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo as estimativas para a economia mundial. A instituição espera que o crescimento econômico global desacelere de 6,1% em 2021 para 3,6% em 2022, 0,8 ponto percentual (p.p.) abaixo do que era esperado no *World Economic Outlook*³ (WEO) de janeiro. A perspectiva é que a inflação permaneça elevada por mais tempo, impulsionada por aumentos de preços de commodities induzidos pela guerra.

As pressões inflacionárias no Brasil já vinham se acumulando antes da guerra com os desequilíbrios gerados pela pandemia e agora aumentaram. A inflação ao consumidor, no resultado de abril, surpreendeu para cima mais uma vez, refletindo a alta nos preços de alimentos e dos combustíveis, principalmente, mas segue bastante disseminada entre os componentes. A variação em 12 meses está bem acima do intervalo compatível com a meta e o Banco Central está respondendo subindo a taxa Selic, que no ciclo atual caminhou de 2,0% em março de 2021 para 12,75% em maio deste ano. A taxa de inflação medida pelo IPCA deve atingir 7,9% em 2022 e 4,0% em 2023, o que configura uma revisão de 2,5 e 0,8 p.p. em relação ao cenário divulgado pela IFI em dezembro de 2021.

Do lado da atividade, a projeção é que o PIB avance 1,0% em 2022 (0,5 p.p. acima do cenário de dezembro), refletindo a resiliência da atividade econômica no curto prazo e o suporte de medidas de estímulo, como a liberação de recursos do FGTS no segundo trimestre. O poder aquisitivo mais baixo e os juros mais elevados devem pesar sobre a demanda doméstica nos próximos trimestres. A expectativa é que a economia brasileira avance moderadamente em 2023 (projeção revisada de 2,0% para 1,0%).

Apesar da melhora na evolução da pandemia, as perspectivas econômicas carregam um grau de volatilidade e incerteza acima do usual, tanto pelo prolongamento do conflito militar quanto pela proximidade das eleições presidenciais.

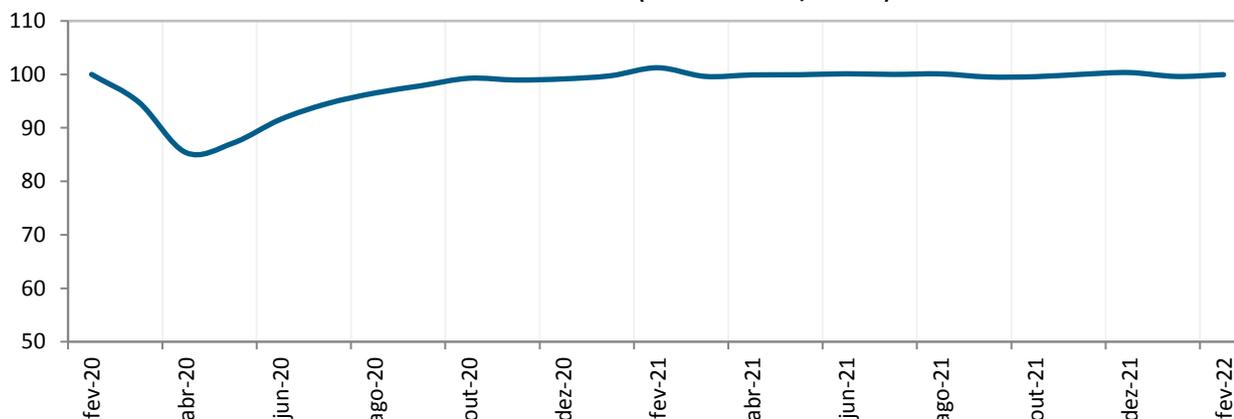
² Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/577405/EE13.pdf>.

³ Relatórios disponíveis em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/01/25/world-economic-outlook-update-january-2022> e <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>

1.1.1 Atividade econômica

Dados setoriais indicam expansão da economia nos meses iniciais de 2022. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), variável que agrega informações dos setores do PIB pelo lado da oferta, subiu 0,3% na passagem de janeiro para fevereiro (na série com ajuste sazonal), eliminando uma parte da queda de 0,7% registrada no mês anterior. O IBC-Br também registrou variação de 0,3% no trimestre encerrado em fevereiro.

GRÁFICO 1. IBC-BR (Nº ÍNDICE - FEV/20=100)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI

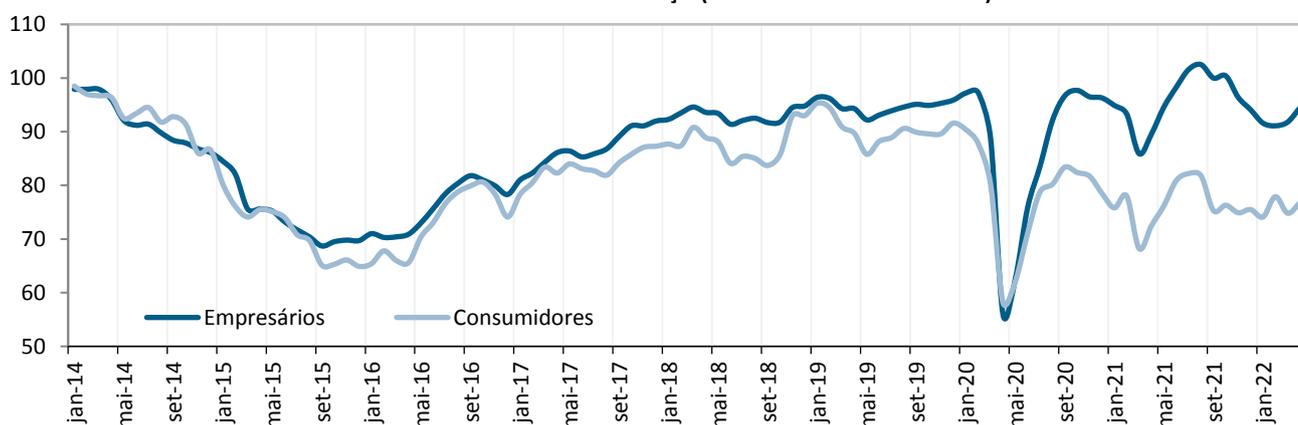
Produção industrial cresce 0,3% em março. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a produção da indústria geral subiu 0,3% na passagem de fevereiro para março (na série com ajuste sazonal). No mês anterior, o índice havia crescido 0,7%. O resultado no mês foi impactado pelo desempenho da indústria extrativa (0,9%), enquanto a indústria de transformação recuou 0,6%. No trimestre encerrado em março, a produção da indústria geral avançou 0,3%, variação inferior à registrada no trimestre encerrado em fevereiro (1,4%). O avanço do setor industrial em março foi acompanhado por três das quatro grandes categorias econômicas: bens de capital (8,0%), bens intermediários (0,6%), bens de consumo duráveis (2,5%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-3,3%). Apesar da dinâmica positiva do setor produtor de bens de capital, impulsionado, possivelmente, pela alta de preços de commodities, a produção doméstica segue em patamar inferior ao observado antes da pandemia, limitada pela desorganização das cadeias globais de produção e logística.

Varejo ampliado avança 0,7% em março. O volume de vendas no comércio varejista (PMC – Pesquisa Mensal de Comércio) cresceu 0,7% entre fevereiro e março no conceito ampliado, que inclui veículos e material de construção. No mês anterior, o índice havia crescido 2,1%. A abertura da pesquisa mostra que sete das dez atividades do varejo aumentaram em março, com destaque à expansão das vendas de material de construção (2,2%). As vendas no varejo permaneceram estáveis e avançaram 2,3% no trimestre encerrado em março, revertendo a queda de 1,8% registrada no trimestre encerrado em dezembro.

Receita do setor de serviços cresce 1,7% em março. O volume de serviços subiu 1,7% entre fevereiro e março na série com ajuste sazonal, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. No mês anterior, o índice havia crescido 0,4%. A expansão do volume de serviços em março foi acompanhada pelas cinco atividades pesquisadas, com destaque para os transportes (2,7%) e para os serviços prestados às famílias (2,4%). No trimestre encerrado em março, o indicador avançou 1,8%, variação inferior à registrada no trimestre encerrado em fevereiro (3,2%), representando, até o momento, o principal vetor de crescimento da economia brasileira.

Confiança de consumidores e empresários sobe em abril. De acordo com a Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 3,8 pontos entre março e abril. Já o Índice de Confiança Empresarial (ICE), que consolida os índices de confiança dos setores cobertos pelas Sondagens Empresariais produzidas pela FGV (indústria, serviços, comércio e construção), avançou 2,7 pontos na mesma comparação. A tendência positiva dos índices de confiança repercute, provavelmente, a percepção de controle da crise sanitária e de melhora no mercado de trabalho, além do efeito das medidas de estímulo fiscal no curto prazo, como a liberação de recursos do FGTS e a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De todo modo, a resiliência da inflação, o baixo poder aquisitivo, a manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados e o aumento da incerteza ao redor do cenário macroeconômico contribuem para manter os índices de confiança em patamares ainda inferiores ao que se observava antes da pandemia (Gráfico 2).

GRÁFICO 2. ÍNDICES DE CONFIANÇA (SÉRIES DESSAZONALIZADAS)

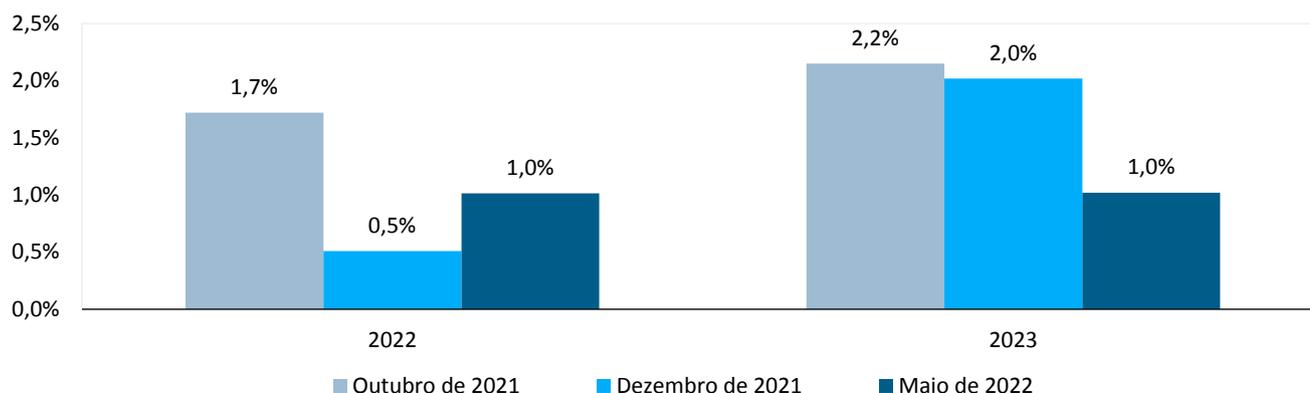


Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

Ingresso dos recursos dos saques do FGTS na massa de rendimentos deve afetar positivamente a atividade no segundo trimestre. No curto prazo, a economia contará com um vetor de estímulo proveniente da liberação de cerca de R\$ 30 bilhões do FGTS para trabalhadores entre abril e junho. Como dificilmente o montante a ser disponibilizado ingressará de forma imediata na economia, considerou-se a premissa de que 30% desses recursos serão utilizados para consumo (sendo o restante para quitação de dívida e acúmulo de poupança). Para avaliar o impacto dos saques sobre a atividade econômica, considerou-se o efeito do ingresso dos recursos na massa de rendimentos e, a partir da mudança no consumo das famílias, obtém-se o resultado sobre o PIB. De acordo com o exercício, se o montante esperado efetivamente ingressar na massa de rendimentos entre abril e junho, haverá um efeito positivo de 0,3 p.p. no PIB em 2022.

Taxa de crescimento real do PIB é revisada de 0,5% para 1,0% em 2022 e de 2,0% para 1,0% em 2023. A melhora da atividade econômica em relação ao final do ano passado e o efeito positivo das liberações de recursos do FGTS sobre o consumo das famílias no segundo trimestre são elementos que motivaram a revisão para cima na projeção do crescimento do PIB em volume em 2022, de 0,5% para 1,0%. Para 2023, a revisão mais expressiva – de 2,0% para 1,0% – justifica-se, em grande medida, pela influência da política monetária mais restritiva sobre o desempenho da demanda interna.

GRÁFICO 3. TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB EM VOLUME POR DATA DE PUBLICAÇÃO DO RAF



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

Apesar da melhora na evolução da pandemia, as perspectivas econômicas carregam um grau de volatilidade e incerteza acima do usual, tanto pelo prolongamento do conflito militar quanto pela proximidade das eleições. Ainda que a economia brasileira possa se beneficiar de ganhos nos termos de troca (traduzidos positivamente no PIB), a extensão e a magnitude do choque nos mercados de matérias-primas internacionais ampliam os custos de produção e afetam a recuperação da demanda interna tanto pela manutenção dos juros em patamares elevados quanto pelo impacto no crescimento econômico dos principais parceiros comerciais.

Crescimento mundial menos vigoroso. No âmbito da economia internacional, as premissas utilizadas pela IFI derivam dos cenários construídos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no relatório *World Economic Outlook (WEO)*⁴. Em seu último relatório, na edição de abril, o FMI reduziu a expectativa para o crescimento do PIB mundial em 2022 e 2023 em 0,8 e 0,2 p.p. em comparação ao que se projetava na edição de janeiro. A projeção para o crescimento do PIB global em 2022 passou de 4,4% para 3,6%, ao passo que a perspectiva para o ano seguinte foi revisada de 3,8% para 3,6%. A desaceleração do crescimento global reflete, em grande parte, os impactos diretos da guerra nas economias da Rússia e da Ucrânia e os efeitos indiretos nas demais economias, sobretudo na Área do Euro. Espera-se que a taxa de crescimento do PIB chinês desacelere este ano para 4,4% (ante 8,1% em 2021), revisada para baixo em 0,4 p.p..

TABELA 1. PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL EM VOLUME MUNDIAL

	Projeções			Diferenças para o WEO de Janeiro	
	2021	2022	2023	2022	2023
Mundo	6,1	3,6	3,6	-0,8	-0,2
Economias avançadas	5,9	3,3	2,4	-0,6	-0,2
Economias emergentes	6,8	3,8	4,4	-1,0	-0,3
Estados Unidos	5,7	3,7	2,3	-0,3	-0,3
Área do Euro	5,3	2,8	2,3	-1,1	-0,2
China	8,1	4,4	5,1	-0,4	-0,1

Fonte: FMI. Elaboração: IFI.

As projeções para o PIB e seus componentes (lado da demanda) para 2022 e 2023 estão detalhadas na Tabela 2. A contribuição da demanda interna para o crescimento da economia nesse e no próximo ano é estimada em 0,6 p.p. e 0,5

⁴ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>

p.p., respectivamente. A menor contribuição da demanda interna na passagem de 2022 para 2023 é explicada, sobretudo, pela perspectiva de desaceleração do consumo das famílias. As exportações líquidas (demanda externa), por sua vez, devem apresentar contribuições positivas de 0,4 p.p. e 0,6 p.p.

TABELA 2. PREVISÕES PARA O CRESCIMENTO DO PIB EM VOLUME

	2021	2022	2023
PIB e componentes (variação real)	4,6%	1,0%	1,0%
Consumo das famílias	3,6%	1,2%	0,6%
Consumo do Governo	2,0%	1,5%	0,8%
Formação Bruta de Capital Fixo	17,2%	-2,4%	-0,6%
Exportação	5,8%	2,5%	3,0%
Importação	12,4%	0,5%	0,1%
Contribuições para a variação real do PIB (p.p.)			
Demanda interna	5,6	0,6	0,5
Consumo das Famílias	2,3	0,8	0,4
Consumo do Governo	0,5	0,3	0,2
Investimento (FBCF e variação de estoques)	2,9	-0,5	-0,1
Exportações líquidas	-1,0	0,4	0,6

Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: IFI.

Projeção para o crescimento do PIB no médio prazo é de 2,1%. Para o horizonte 2024–2031, a trajetória de recuperação esperada para a atividade econômica foi mantida. O valor estimado para o crescimento potencial da economia, 2,1%, é pouco menor que a média histórica dos últimos anos (estimada ao redor de 2,5%), pois se espera que a força de trabalho cresça mais lentamente do que no passado devido ao envelhecimento da população. A estimativa do crescimento potencial (conceito que pode ser expresso como o crescimento máximo de produção que a economia pode alcançar sem gerar pressões inflacionárias) é realizada a partir da abordagem da função de produção⁵, levando-se em conta uma hipótese para a evolução da produtividade total dos fatores e as perspectivas para o crescimento do estoque de capital e da força de trabalho.

1.1.2 Mercado de trabalho

Os dados divulgados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram uma trajetória de recuperação no mercado de trabalho. A queda da taxa de desemprego tem sido acompanhada pelo avanço das contratações e pela diminuição do desalento, o que significa dizer que pessoas até então inativas estão mais encorajadas na busca por uma colocação. Por outro lado, o cenário para os rendimentos não mostra progressos. Os salários, quando descontado o efeito da inflação, apresentam queda expressiva na comparação com o mesmo período do ano passado.

⁵ Ver Estudo Especial (EE) nº4, disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536764/EE_04_2018.pdf.

TABELA 3. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Item	Valores			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	fev/20	fev/22	mar/22	fev/20	fev/22	mar/22
A - População em idade ativa	169,3	172,5	172,7	1,0%	0,9%	0,9%
A.1 - População fora da força de trabalho	62,0	65,3	65,5	0,6%	-5,0%	0,0%
A.2 - População na força de trabalho	107,3	107,2	107,2	1,3%	4,9%	4,8%
A.2.1 - População desocupada	12,6	12,0	11,9	-5,2%	-19,5%	0,0%
A.2.2 - População ocupada	94,7	95,2	95,3	2,2%	9,1%	9,4%
População ocupada no mercado informal	38,1	38,3	38,2	2,0%	12,4%	12,2%
População ocupada no mercado formal	56,6	56,9	57,1	2,3%	7,0%	7,6%
Taxa de desemprego (A.2.1/A.2)	11,8%	11,2%	11,1%	-0,8 p.p.	-3,4 p.p.	-3,8 p.p.
Nível de ocupação (A.2.2/A)	55,9%	55,2%	55,2%	0,6 p.p.	4,1 p.p.	4,3 p.p.
Taxa de participação (A.2/A)	63,4%	62,2%	62,1%	0,1 p.p.	2,4 p.p.	2,3 p.p.

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

A taxa de desemprego atingiu 11,1% da força de trabalho no trimestre encerrado em março, situando-se 3,8 p.p. abaixo da taxa registrada no mesmo período do ano anterior (14,9%). A taxa de desemprego vem recuando continuamente desde julho de 2021, já posicionada em patamar inferior aos meses que antecederam a pandemia. O número de pessoas desocupadas (11,9 milhões) ainda segue elevado, mas vem diminuindo e está abaixo do patamar de março de 2021 (15,3 milhões). O declínio da taxa de desemprego no trimestre encerrado em março, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi determinado pelo crescimento da população ocupada (9,4%), cujo contingente atingiu 95,3 milhões de pessoas, acima do patamar de fevereiro de 2020 (pré-pandemia: 94,7 milhões), superando o avanço da força de trabalho (4,8%) – que contempla a população que está à procura de emprego e a população ocupada.

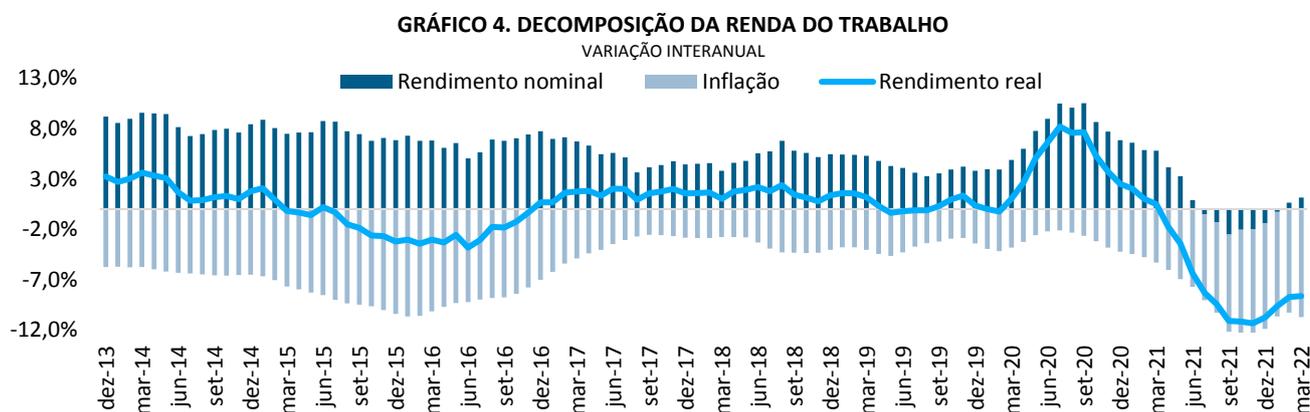
Demanda por trabalho: expansão de emprego é generalizada, mas predominam contratações nos segmentos informais. O avanço da ocupação está ocorrendo de forma generalizada, embora siga impulsionado principalmente pelos setores informais, com destaque para o número de pessoas ocupadas sem carteira assinada no setor privado (crescimento de 19,3% na comparação anual) e os trabalhadores domésticos sem carteira (21,7%) – posições que estão evoluindo acima do emprego total (9,4%). A população ocupada nos segmentos informais da economia (38,2 milhões de pessoas) – que abrangem ocupações de menor remuneração – apontou crescimento de 12,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto o emprego formal (57,1 milhões) cresceu 7,6% no período.

Vale complementar ainda que o nível de ocupação (razão entre a população ocupada e a população em idade de trabalhar) atingiu 55,2% no primeiro trimestre de 2022, pouco abaixo do valor de fevereiro de 2020 (55,9%), aproximando-se do patamar do período pré-pandemia.

Oferta de mão de obra: taxa de participação avança, mas segue em patamar inferior ao período pré-pandemia. A expansão da força de trabalho, composta pelas pessoas ocupadas ou procurando ocupação, impacta positivamente a taxa de participação, que é a medida do movimento de entrada e saída de pessoas em idade de trabalhar no mercado de trabalho. O indicador, expresso como a relação entre o número de pessoas que compõem a força de trabalho e o número de pessoas em idade de trabalhar, passou de 59,8% no trimestre encerrado em março de 2021 para 62,1% no trimestre encerrado em março. A taxa de participação está evoluindo de forma positiva, uma vez que a vacinação, o menor medo de contágio e a diminuição de restrições de mobilidade são fatores que permitem o retorno de pessoas ao mercado de trabalho, embora siga em patamar inferior aos meses que antecederam a pandemia (63,4%).

Número de pessoas desalentadas está diminuindo. A população desalentada é composta por indivíduos que, embora dispostos e capazes de se engajar em um trabalho, não estão procurando ou deixaram de procurar uma colocação porque acreditam que não há vagas adequadas disponíveis. No trimestre encerrado em março, havia 4,6 milhões de pessoas nessa condição no país – número 22,4% menor comparativamente ao mesmo período de 2021 (5,9 milhões). O percentual de desalentados na população fora da força de trabalho recuou de 8,7% no primeiro trimestre de 2021 para 7,0% nos três meses iniciais de 2022, movimento que reforça a melhora no quadro de emprego.

Renda real do trabalho segue em queda pelo efeito da inflação. O rendimento médio real no trimestre encerrado em março recuou 8,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A variação dos rendimentos do trabalho, em termos reais, persiste no terreno negativo em virtude da inflação e do enfraquecimento do reajuste nominal. Além da piora do poder de compra devido à inflação alta e persistente, o aumento mais concentrado das contratações em atividades de menor remuneração (efeito composição) também afeta negativamente a trajetória do rendimento médio.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Já a massa de rendimentos do trabalho, indicador que combina a evolução da renda com o número de pessoas ocupadas, avançou apenas 0,2% no trimestre encerrado em março de 2022 (em termos reais). Como o consumo das famílias responde às condições de mercado de trabalho (sintetizadas no indicador de massa salarial) e às condições de crédito (na evolução da taxa de juros), o cenário para a demanda doméstica e o PIB segue desafiador.

Projeções do cenário base. No cenário base atual, o crescimento esperado para a população ocupada em 2022 foi revisado de 2,0% para 5,0%, como resultado da melhora generalizada vista nos dados de emprego no curto prazo. Esse movimento está em linha com a retomada gradual da atividade econômica e a diminuição dos efeitos da pandemia no mercado de trabalho. A taxa de desemprego acompanha essa trajetória, recuando de 13,2% em 2021 para 11,2% em 2022. Nos anos seguintes, espera-se que a expansão do emprego evolua de maneira mais branda (1,0% em média entre 2024 e 2031), com estabilização da taxa de desemprego em torno de 11,5% da força de trabalho. Apesar da melhora do indicador de emprego no curto prazo, a estimativa para a massa de rendimentos do trabalho em 2022 foi reduzida de 0,5% para 0,3%, refletindo o efeito negativo da aceleração da taxa de inflação sobre a renda real. No médio prazo, espera-se que a variação da massa salarial acompanhe o PIB.

1.1.3 Inflação e política monetária

Inflação ao consumidor atingiu 12,1% nos últimos doze meses encerrados em abril. A inflação ao consumidor em abril, medida pelo IPCA, registrou alta de 1,06% (12,1% no acumulado em 12 meses, acima dos 11,3% observados nos

12 meses imediatamente anteriores). O resultado, maior para o mês de abril desde 1996, ficou 0,56 p.p. abaixo da taxa de 1,62% de março. A inflação se mantém bem acima do limite superior da meta para a inflação (referência de 3,5% com intervalo de 1,5 p.p. para cima e para baixo). A aceleração da média dos núcleos (de 9,0% em março para 9,7% em abril) – medidas que buscam retirar da inflação total a influência de itens de maior volatilidade – revela pressões disseminadas entre os componentes.

Maiores impactos no IPCA de abril vieram de alimentos e combustíveis. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta em abril. O grupo com maior variação no mês e impacto no índice cheio foi o de alimentação e bebidas (alta de 2,06% em abril e 0,43 p.p. de impacto), influenciado, principalmente, pela alta nos preços dos alimentos para consumo no domicílio. Na sequência, o grupo transportes refletiu principalmente o comportamento dos preços de combustíveis (a gasolina subiu 2,48% em abril). Os dois grupos, conjuntamente, contribuíram com aproximadamente 80% da taxa de variação do IPCA de abril.

O grupo habitação foi o único a registrar variação negativa (-1,14%), influenciado pela queda nos preços da energia elétrica (-6,27%). Desde 16 de abril, passou a vigorar a bandeira tarifária verde, sem cobrança extra na conta de luz, cuja incorporação integral será captada em maio.

Entre março e abril, a variação do conjunto de preços administrados (ou monitorados), que responde por aproximadamente 25% do IPCA total, passou de 2,7% para 0,6% (variação acumulada de 15,0% em doze meses). Já os preços livres exibiram alta de 1,3%, acelerando frente a março (1,2%). Em 12 meses, a variação desses preços passou de 10,0% para 11,1%. A abertura mostra que as pressões vieram, principalmente, da alimentação no domicílio (variação de 2,6% no mês e 16,1% em 12 meses), preços industriais (1,2% e 14,2%) e serviços (0,7% e 6,9%).

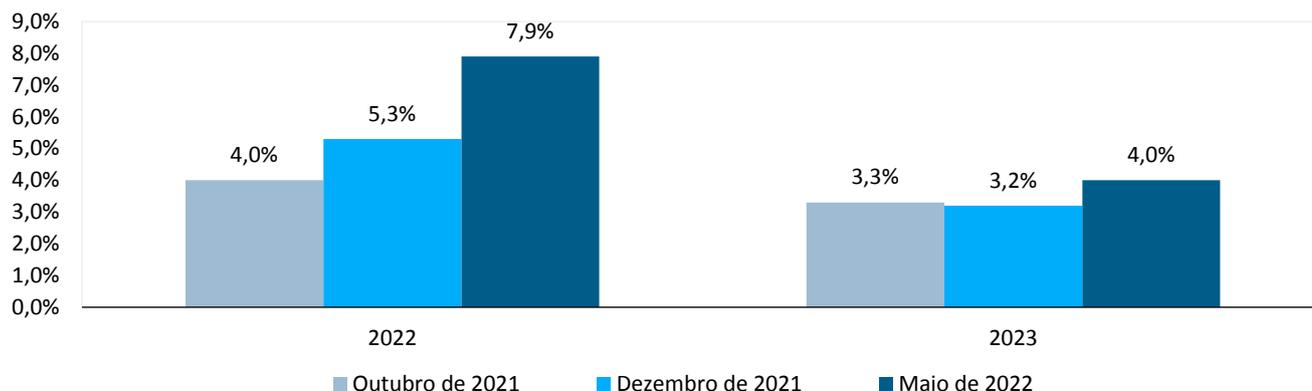
No cenário base, o IPCA deve encerrar 2022 com alta de 7,9% e projeção para 2023 foi ajustada para 4,0%. O IPCA deverá encerrar o ano em 7,9%, bem acima da projeção anterior (5,3%), refletindo o choque de preços de commodities e a hipótese de manutenção desses preços (mensurados pelo índice de commodities do *Commodity Research Bureau* – CRB) em níveis elevados até o final do ano e retorno gradual a média. O choque nos mercados de matérias-primas internacionais, intensificado pelo prolongamento do conflito militar, é um dos fatores que explica o quadro de pressões sobre a inflação. A medida de redução das alíquotas do IPI pode gerar algum alívio de curto prazo, mas prevalecem riscos altistas ao cenário prospectivo. A adoção de medidas de restrições à mobilidade na China diante da nova onda da covid-19, por exemplo, agrava os problemas nas cadeias de insumos industriais. Por outro lado, a IFI estima que, em função da trajetória mais elevada da taxa de juros, o hiato do produto⁶ voltaria a ficar mais negativo durante esse ano, exercendo alguma pressão de baixa sobre a taxa de inflação.

A inflação corrente em nível mais elevado se traduz em maior inércia para a inflação de 2023 – a projeção atual para o IPCA do próximo ano foi ajustada de 3,2% para 4,0%. A elevação da taxa real de juros (que atua para reduzir a demanda) e a possibilidade de alguma correção nos preços de commodities em reais ajudam no processo de desinflação, mas ainda assim espera-se que o IPCA fique acima do teto da meta em 2023.

⁶ Hiato do produto é uma variável não observável que procura medir os desvios do PIB em relação ao que seria o crescimento potencial de uma economia, mensurando as oscilações cíclicas da economia. Um hiato positivo ocorre quando a economia opera acima de sua tendência (ou do seu potencial) e é um indicativo de que está sobreaquecida e sujeita a pressões inflacionárias, ao contrário do hiato negativo que sugere uma economia operando com ociosidade dos fatores produtivos.

A estimativa mais atual pode ser obtida em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/arquivos/estimativas-do-hiato-do-produto-ifi/view>

GRÁFICO 5. TAXA DE VARIAÇÃO DO IPCA POR DATA DE PUBLICAÇÃO DO RAF



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

Espera-se que o ciclo se encerre com a taxa Selic em 13,25% a.a. Em maio, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu elevar a taxa básica de juros em 1,0 p.p., para 12,75%. Em face do balanço de riscos com variância maior do que a usual para a inflação prospectiva, o Copom avalia que o ciclo de alta da Selic deve continuar avançando e antevê como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de menor magnitude. A taxa Selic, no cenário base, deve atingir 13,25% em 2022, diminuindo para 9,5% em 2023.

No médio prazo, espera-se que a taxa de inflação caminhe para a meta (3,0%), enquanto a taxa Selic converge para 7,0%. No médio prazo, quando o PIB efetivo é igual ao PIB potencial (hiato = 0) e a taxa de inflação está ancorada na meta, o valor estimado para a taxa Selic caminha para o valor da taxa de juros nominal natural. No horizonte de projeções, assume-se que a taxa de juros real siga uma relação de paridade, através da qual a taxa de juros doméstica se iguala à taxa de juros internacional acrescida do prêmio de risco-país e da depreciação esperada da taxa de câmbio. Entre 2024 e 2031, a perspectiva para a taxa Selic é consistente com a taxa de juros real natural (que caminha para 4,0%: média em torno de 3,9% no período) somada à meta de inflação (3,0%).

1.1.4 Deflator implícito do PIB e PIB nominal

Deflator implícito. Para 2022, a projeção do deflator implícito do PIB (10,6%) é definida através de uma média ponderada entre as variações médias do IPCA e do IGP-DI. A partir de 2023, a previsão para o deflator (5,9% em 2023 e 3,8% entre 2024 e 2031) é construída a partir das seguintes hipóteses: (i) a diferença média entre as taxas de variação do deflator do consumo das famílias e do IPCA, observada historicamente, permaneça nos próximos anos, (ii) o deflator do consumo do governo e o deflator da formação bruta de capital fixo (FBCF) cresçam de forma alinhada ao IPCA, e (iii) o deflator das exportações cresça em linha com o deflator das importações (o que implica um cenário neutro para a evolução dos termos de troca).

PIB nominal. O crescimento real de 1,0% e o deflator de 10,6% devem produzir alta nominal do PIB, entre 2021 e 2022, de 11,7%. Essa variação conduziria o PIB nominal a R\$ 9,7 trilhões em 2022, maior que a projeção de R\$ 9,4 trilhões apresentadas no RAF de dezembro de 2021. A variação do PIB nominal em 2023 é estimada em 7,0% (para R\$ 10,4 trilhões), desacelerando para 6,0%, em média, entre 2024 e 2031.

1.2 Cenários alternativos

Os cenários alternativos – otimista e pessimista – levam em consideração o balanço de riscos, o que é particularmente importante neste contexto de incerteza elevada acima do usual. Os desvios da projeção central são gerados a partir de mudanças – baseadas em suposições e julgamentos – na trajetória das variáveis exógenas (determinadas fora do modelo), como o risco-país e a expectativa para a evolução da produtividade dos fatores de produção, que produzem quadros mais ou menos benignos em relação ao cenário base.

A Tabela 4 sintetiza as projeções macroeconômicas da IFI para o cenário base e para os alternativos. O objetivo de manter atualizados os três cenários é evidenciar o grau de incerteza das projeções, bem como sua dependência em relação a diferentes configurações da conjuntura.

TABELA 4. CENÁRIOS BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA DA IFI – VERSÃO ATUAL E PASSADA (RAF DE MAIO/2022)⁷

a. Versão Atual	Base			Otimista			Pessimista		
	2022	2023	2024-2031	2022	2023	2024-2031	2022	2023	2024-2031
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.697,1	10.369,2	13.602,3	9.738,8	10.434,0	14.356,2	9.693,9	10.451,5	13.916,9
PIB – Taxa de variação nominal (%)	11,7	6,9	6,0	12,2	7,1	7,1	11,7	7,8	6,3
PIB – Taxa de variação real (%)	1,0	1,0	2,1	1,8	1,6	3,2	0,3	0,3	1,2
Deflator implícito do PIB (%)	10,6	5,9	3,8	10,3	5,4	3,8	11,3	7,5	5,0
IPCA (%)	7,9	4,0	3,0	7,3	3,7	3,0	9,5	5,1	4,2
Taxa de desemprego (%)	11,2	11,5	11,5	10,8	10,9	10,9	11,6	12,3	13,1
Pop. Ocupada (%)	5,0	0,5	1,0	5,5	0,8	1,5	4,5	0,1	0,6
Prêmio de risco – Embi (final de período)	350	300	300	250	250	250	450	400	400
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5,10	5,15	5,30	4,70	4,67	4,79	5,57	5,52	5,96
Juros reais (%)	5,7	4,5	3,9	5,7	3,9	2,9	6,9	5,1	5,3
Selic (%)	13,25	9,50	7,06	13,00	9,00	6,12	14,50	11,50	9,50
b. Versão passada	2022	2023	2023-2030	2022	2023	2023-2030	2022	2023	2023-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.448,1	10.119,5	12.544,2	9.503,6	10.185,1	13.101,9	9.418,4	10.085,8	12.514,5
PIB – Taxa de variação nominal (%)	8,8	7,1	6,2	9,2	7,2	7,2	8,5	7,1	6,2
PIB – Taxa de variação real (%)	0,5	2,0	2,1	1,6	3,0	3,2	-0,5	1,3	1,2
Deflator implícito do PIB (%)	8,2	5,0	4,0	7,5	4,1	3,8	9,1	5,7	4,9
IPCA (%)	5,3	3,2	3,0	4,1	2,7	3,0	6,1	4,1	4,2
Taxa de desemprego (%)	12,8	12,8	12,7	11,9	11,5	11,5	13,9	14,2	14,5
Pop. Ocupada (%)	2,0	0,9	0,9	3,0	1,3	1,4	1,0	0,6	0,5
Prêmio de risco – Embi (final de período)	400	350	306	350	300	256	450	400	356
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5,71	5,57	5,42	5,50	5,12	4,89	5,99	6,10	6,47
Juros reais (%)	2,9	3,4	3,7	2,2	2,5	2,7	4,2	4,7	5,1
Selic (%)	11,25	7,50	7,06	10,00	6,50	6,06	12,25	9,50	9,50

Fonte: IFI.

Base. O aperto monetário em curso e a permanência de riscos fiscais estão pressionando as taxas de juros futuras. A piora das condições de financiamento devem pesar sobre a demanda interna nos próximos trimestres. Em paralelo, a evolução do cenário externo, marcado pela elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas em reação ao avanço da inflação, traz riscos crescentes à dinâmica de preços domésticos. Para conter o avanço da inflação, o ciclo de aperto monetário empreendido pelo Copom levaria a taxa Selic de 2,0% em março de 2021 para 13,25% em meados de 2022, mantendo-se nesse patamar até o final do ano. No cenário base, o prêmio de risco, impactado ainda pela proximidade da eleição presidencial, avançaria para 350 pontos no fim de 2022 e a taxa de câmbio alcançaria R\$/US\$ 5,10. Entre 2024 e 2031, a taxa média de crescimento do PIB é de 2,1% e a taxa real de juros alcançaria 3,9% ao ano.

⁷ Planilha com as projeções está disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/arquivos/projecoes-ifi/view>

Pessimista. A intensificação das incertezas presentes no cenário base – a possibilidade de agravamento do conflito militar, o efeito de uma desaceleração mais acentuada da economia chinesa sobre as exportações e a acentuação dos riscos fiscais no âmbito doméstico – poderia resultar em deterioração adicional da confiança dos agentes econômicos, dos preços de ativos financeiros e das expectativas de inflação, demandando um ajuste ainda mais intenso na política monetária. Nesse ambiente, supõe-se que o prêmio de risco avance para 450 pontos no fim de 2022, quando a taxa de câmbio poderia alcançar R\$/US\$ 5,57. O cenário pessimista é marcado por uma reação muito mais lenta do produto e do mercado de trabalho. Como as expectativas de inflação ficam posicionadas acima da meta de inflação ao longo do horizonte de projeção, a taxa de juros nominal é mais elevada. Entre 2024 e 2031, a taxa média de crescimento do PIB é de 1,2% e a taxa real de juros converge para um patamar mais elevado, ao redor de 5,3% ao ano.

Otimista. No cenário otimista, a dissipação dos choques causados pela pandemia e pelo conflito militar sobre os preços de matérias-primas, além de uma travessia pacífica pelo ano eleitoral, abririam espaço para maior crescimento econômico e redução mais célere da taxa de desemprego comparativamente ao que é observado no cenário base, além de reduzir as pressões inflacionárias. Nesse ambiente, o prêmio de risco chegaria a 250 pontos no fim de 2022 e a taxa de câmbio alcançaria R\$/US\$ 4,70. Entre 2024 e 2031, a taxa média de crescimento do PIB seria de 3,2% e a taxa real de juros caminharia para um patamar de 2,9% ao ano.

2. CENÁRIOS PARA A RECEITA TOTAL, AS TRANSFERÊNCIAS E A RECEITA LÍQUIDA

2.1 Considerações iniciais

PIB nominal e inflação mais elevados produziram estimativas maiores para as receitas da União no horizonte de projeção. A revisão nas projeções do cenário macroeconômico da IFI levou a uma mudança nos valores esperados para a arrecadação de tributos no horizonte de projeção (2022-2031). Comparativamente à revisão de cenários apresentada em dezembro de 2021, a expectativa de PIB nominal mais elevado em 2022, assim como de inflação mais alta neste e no próximo ano, produziu estimativas maiores para as receitas administradas e a arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Guerra na Ucrânia mantém preços de commodities elevados por mais tempo. Parte da piora no quadro inflacionário se deve à perspectiva de manutenção dos preços de commodities em níveis mais elevados no curto prazo em função da eclosão do conflito na Ucrânia. Países produtores desses itens, como o Brasil, tendem a se beneficiar desse movimento por meio do impacto positivo sobre a atividade econômica e a arrecadação de tributos.

Expectativa de preços de petróleo mais elevados influenciou a projeção de receitas não administradas. As receitas não administradas também sofreram revisão importante em razão do cenário de preços de commodities mais elevados, especialmente os preços do petróleo, que influenciam os recolhimentos derivados da exploração de recursos naturais. A IFI alterou a premissa em relação ao comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional para todo o horizonte de projeção.

Nova projeção de PIB nominal é de alta de 11,7% em 2022. No cenário macroeconômico divulgado em dezembro de 2021, a expectativa era de altas de 8,8% do PIB nominal em 2022 e de 7,1% em 2023. Agora, a IFI prevê aumentos de 11,7% neste ano e de 6,9% em 2023.

Na atual revisão de cenários, foram mantidos os parâmetros de elasticidade receita-PIB utilizados em dezembro passado. Conforme explicado na ocasião, os parâmetros considerados são os apresentados no Estudo Especial (EE) nº

16⁸, de novembro de 2021, que atualizou estimativas que haviam sido inicialmente publicadas na Nota Técnica (NT) n^o 19⁹, de agosto de 2018.

Sensibilidade da arrecadação ao PIB no curto prazo foi maior do que a encontrada no longo prazo. Os resultados apresentados no EE n^o 16 sugerem, por exemplo, um maior valor para a elasticidade das receitas administradas em relação ao PIB no curto prazo (1,02) comparativamente ao longo prazo (entre 0,90 e 0,98, a depender de o hiato do PIB ser positivo ou negativo). Por sua vez, a elasticidade estimada das receitas do RGPS foi inferior à unidade no curto prazo e igual a 1,06 no longo prazo.

Medidas anunciadas pelo governo afetam a projeção das receitas de recolhimento de tributos nos próximos anos. Outra consideração a ser feita nesta seção introdutória diz respeito a medidas adotadas pelo governo no período recente e que exercerão impacto sobre a arrecadação de tributos. Tais ações resultarão em perda e aumento de receitas nos próximos meses e anos, assim como incremento nas transferências a estados e municípios (entes subnacionais) em 2022. Algumas medidas trarão perda de arrecadação aos entes subnacionais nos próximos anos em função da partilha de receitas de alguns tributos prevista na Constituição Federal.

Redução do PIS/COFINS sobre combustíveis diminuirá a arrecadação federal em R\$ 17,6 bilhões entre março e dezembro de 2022. A primeira medida incorporada aos cenários de receitas consistiu na redução a zero das alíquotas de Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), PIS/COFINS, para alguns combustíveis, como óleo diesel e suas correntes, gás liquefeito de petróleo – GLP derivado de petróleo e gás natural, querosene de aviação e biodiesel, feita por meio da Lei Complementar (LC) n^o 192, de 2022¹⁰. No RAF de março¹¹, a IFI apresentou uma estimativa de perda de arrecadação para a União de R\$ 17,6 bilhões entre março e dezembro de 2022.

Aumento na CSLL dos bancos produzirá ganho de arrecadação de R\$ 400 milhões entre agosto e dezembro de 2022. A segunda medida considerada no cenário de projeção de receitas foi o aumento da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas do setor financeiro, como bancos e empresas de seguros, entre outras, para compensar parcialmente a perda de arrecadação resultante da Lei Complementar (LC) n^o 193, de 17 de março de 2022¹², que cria um Refis de pequenas empresas. A renúncia de receita estimada com a medida é de R\$ 1,2 bilhão. A Medida Provisória (MP) n^o 1.115, de 2022¹³, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de 20% para 21%, e das corretoras de câmbio e companhias de seguros e capitalização de 15% para 16%. A IFI estima um impacto positivo sobre a arrecadação de R\$ 400 milhões nos cinco meses de vigência da norma (1^o de agosto a 31 de dezembro de 2022).

Decreto n^o 11.055 ampliou a redução do IPI anunciada pelo governo no fim de fevereiro. A terceira decisão do Poder Executivo da União com impacto na arrecadação federal de tributos considerada nesta revisão de cenários foi a redução das alíquotas de IPI em 35%. O Decreto n^o 11.055, de 28 de abril de 2022¹⁴, revogou o Decreto n^o 10.979, de 25

⁸ Link para acesso ao estudo: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593776/EE16.pdf>.

⁹ Link para acesso ao documento: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545264/NT_Elasticidade.pdf.

¹⁰ Link para acesso à norma: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp192.htm.

¹¹ Link para acesso ao documento: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/596473/RAF62_MAR2022.pdf.

¹² Página para acesso à norma: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp193.htm.

¹³ Link para visualização da proposição legislativa: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1115.htm.

¹⁴ Link para acesso ao Decreto: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.055-de-28-de-abril-de-2022-396475510>.

de fevereiro de 2022, que estipulava redução linear das alíquotas do IPI em 25%. Na Nota Técnica (NT) da IFI nº 51, de 8 de março de 2022¹⁵, são apresentadas simulações de impacto para a redução do IPI prevista no Decreto nº 10.979.

Redução de 35% nas alíquotas do IPI implicará em perda de receita de R\$ 7,6 bilhões para a União em 2022. Para esta revisão de cenários, foi necessário atualizar a simulação de impacto da medida de redução permanente das alíquotas do IPI. A IFI passou a estimar uma perda de arrecadação para a União de R\$ 7,6 bilhões entre abril e dezembro de 2022. Em 2023, a perda seria de R\$ 10,2 bilhões. Por hipótese, assumiu-se que a evolução dessa renúncia no tempo se dá pela variação do PIB nominal, apresentada na seção Cenário Macroeconômico. A Tabela 5 apresenta a renúncia com a redução do IPI nos três cenários de projeção (base, otimista e pessimista).

TABELA 5. SIMULAÇÃO DE IMPACTO DA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IPI FIXADA NO DECRETO Nº 11.055/2022 PARA A ARRECADAÇÃO DA UNIÃO (R\$ MILHÕES)

Período	Cenário		
	Base	Otimista	Pessimista
abril a dezembro de 2022	-7.648,4	-7.653,5	-7.470,7
2023	-10.197,9	-10.204,6	-9.960,9
2024	-10.847,6	-10.933,2	-10.624,4
2025	-11.488,5	-11.685,6	-11.282,9
2026	-12.160,5	-12.497,6	-11.982,7
2027	-12.876,7	-13.377,6	-12.731,1
2028	-13.638,9	-14.332,6	-13.531,8
2029	-14.452,2	-15.367,4	-14.387,7
2030	-15.320,8	-16.481,9	-15.295,3
2031	-16.235,9	-17.649,1	-16.273,3

Fonte: Elaboração IFI a partir de informações constantes do Decreto nº 11.055, de 28 de abril de 2022.

Perda dos entes subnacionais com a redução das alíquotas do IPI seria de R\$ 11,1 bilhões entre abril e dezembro de 2022. Importante mencionar dois aspectos. O primeiro diz respeito à perda de receita dos estados e municípios neste e nos próximos anos com a redução do IPI, tendo em vista que o tributo é partilhado com os entes subnacionais. A IFI estima que, entre abril e dezembro de 2022, a perda aos entes subnacionais, incluindo estados, municípios e fundos regionais, seja de R\$ 11,1 bilhões. Em 2023, essa perda seria de R\$ 14,8 bilhões.

Cálculo do impacto da renúncia de receita do IPI não considerou alcance da decisão do STF. O segundo aspecto diz respeito ao fato de a simulação não considerar a suspensão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 6 de maio de 2022, da redução do IPI sobre mercadorias que concorrem com itens produzidos na Zona Franca de Manaus. A decisão do STF ocorreu em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7153¹⁶, que questiona os decretos de redução desse tributo pelo Executivo federal.

¹⁵ Endereço para acesso ao documento: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/596233/NT51_IPI.pdf.

¹⁶ Link para acesso à ADI 7153: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6395417>.

O cenário pessimista inclui também uma possível correção das faixas de recolhimento do IRPF. A quarta ação considerada nos cenários para a arrecadação de tributos da União no horizonte de 2022 a 2031 consistiu na eventual atualização das faixas da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). A medida ainda não foi adotada pelo Executivo, mas sabe-se que existe a intenção de reajustar essa tabela em algum momento oportuno. Assim, a IFI atualizou a simulação apresentada na NT nº 49, de 29 de setembro de 2021¹⁷, levando em consideração a atualização da base da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) com dados referentes a 2020.

Dois aspectos a serem considerados. Em primeiro lugar, o impacto da atualização da tabela do imposto de renda para a arrecadação da União foi considerado apenas no cenário pessimista, justamente pela incerteza em relação ao momento em que será implementada. Em segundo lugar, a IFI considerou que a vigência da medida iniciaria apenas em julho de 2022. A Tabela 6 apresenta os valores dessa nova simulação, no cenário pessimista, considerando a perda de arrecadação para a União e para os entes subnacionais.

TABELA 6. SIMULAÇÃO DE IMPACTO DA ATUALIZAÇÃO DAS FAIXAS DE RECOLHIMENTO DO IRPF PARA A ARRECADAÇÃO DA UNIÃO (R\$ MILHÕES), INCORPORADA AO CENÁRIO PESSIMISTA DA IFI PARA AS RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL

Período	Cenário pessimista		
	Total	Entes subnacionais	União
2022	-13.204,4	-4.557,2	-8.647,2
2023	-28.256,3	-9.752,0	-18.504,2
2024	-30.056,5	-10.373,3	-19.683,2
2025	-31.919,3	-11.016,3	-20.903,1
2026	-33.899,1	-11.699,5	-22.199,5
2027	-36.016,2	-12.430,2	-23.586,0
2028	-38.281,6	-13.212,1	-25.069,5
2029	-40.702,9	-14.047,7	-26.655,2
2030	-43.270,4	-14.933,8	-28.336,6
2031	-46.037,2	-15.888,8	-30.148,5

** Considerando início de vigência da medida em julho de 2022

Fonte: Elaboração IFI a partir de informações constantes do PL nº 2.337, de 2021.

Em caso de alteração na tabela do IRPF, perda de arrecadação para a União seria de R\$ 8,6 bilhões em 2022. Assim como na situação de redução das alíquotas do IPI, a atualização das faixas de recolhimento do IRPF implicará em perda de arrecadação para a União e os entes subnacionais. Na União, a perda seria de R\$ 8,6 bilhões, em 2022, considerando que a vigência dessa mudança inicie no segundo semestre do ano, e chegaria a R\$ 30,4 bilhões em 2031. Nos entes subnacionais, por sua vez (estados, municípios e fundos regionais), a perda seria de R\$ 4,6 bilhões em 2022 e alcançaria R\$ 16,0 bilhões em 2031 (Tabela 6).

Alimentos e outros produtos tiveram alíquota de Imposto de Importação reduzida até o fim de 2022. A quinta medida anunciada pelo governo com impacto no cenário de receitas do governo central diz respeito à redução das alíquotas do Imposto de Importação (II) de alguns itens, em 11 de maio de 2022, por meio de inclusão na Lista de

¹⁷ Link para acesso ao documento: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/592976/NT49_Reforma_IR.pdf.

Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec)¹⁸. Algumas alíquotas incidentes sobre a importação de alimentos foram zeradas, enquanto alíquotas de dois insumos para a produção agrícola e de vergalhões de aço foram reduzidas. A vigência da medida compreende o período de maio a dezembro de 2022.

Impacto calculado pelo governo para a redução do Imposto de Importação foi de R\$ 700 milhões sobre as receitas em 2022. Em razão da dificuldade em estimar o impacto dessa redução do imposto de importação para a arrecadação federal em 2022, a IFI optou por considerar o impacto divulgado pelo Poder Executivo na entrevista coletiva de divulgação da medida, de R\$ 700 milhões, para o período de vigência das reduções.

Lei nº 14.337 permitiu a abertura de crédito especial de R\$ 7,7 bilhões para as transferências aos entes subnacionais em 2022. A última ação realizada pelo governo e considerada nos cenários de receitas do governo central foi a abertura de um crédito especial no valor de R\$ 7,7 bilhões, constante da Lei nº 14.337, de 11 de maio de 2022¹⁹, em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrente da incorporação de excesso de arrecadação de recursos de permissões e concessões. Esse montante de R\$ 7,7 bilhões foi incorporado pela IFI às projeções de transferências da União aos entes subnacionais em 2022.

Impacto das medidas de renúncia seria da ordem de R\$ 31,4 bilhões sobre a receita líquida do governo central em 2022. A Tabela 7 apresenta uma síntese dos impactos das medidas discutidas anteriormente sobre as receitas do governo central neste e nos próximos anos. Em 2022, o impacto seria de R\$ 23,8 bilhões na receita primária total e de R\$ 31,4 bilhões na receita primária líquida, tendo em vista o aumento de R\$ 7,7 bilhões autorizado pela Lei nº 14.337 para as transferências aos entes subnacionais. Como mencionado anteriormente, a perda de arrecadação no cenário pessimista é maior que a dos outros dois cenários em razão da premissa considerada de reajuste nas faixas de recolhimento do IRPF.

¹⁸ Link para acesso à notícia no portal do Ministério da Economia: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/governo-reduz-a-zero-as-tarifas-de-importacao-de-alimentos-da-cesta-basica>.

¹⁹ Página para acesso à norma jurídica: <https://legis.senado.leg.br/norma/35847334/publicacao/35849459>.

TABELA 7. SÍNTESE DOS IMPACTOS DAS MEDIDAS ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO SOBRE AS RECEITAS DA UNIÃO NO PERÍODO DE 2022 A 2031 (R\$ MILHÕES)

Ano	Cenário base			Cenário otimista			Cenário pessimista		
	Receita primária total	Transferências	Receita líquida	Receita primária total	Transferências	Receita líquida	Receita primária total	Transferências	Receita líquida
2022	-23.762,3	7.676,2	-31.438,5	-23.767,3	7.676,2	-31.443,5	-32.231,7	7.676,2	-39.907,9
2023	-10.197,9		-10.197,9	-10.204,6		-10.204,6	-28.465,2		-28.465,2
2024	-10.847,6		-10.847,6	-10.933,2		-10.933,2	-30.307,6		-30.307,6
2025	-11.488,5		-11.488,5	-11.685,6		-11.685,6	-32.185,9		-32.185,9
2026	-12.160,5		-12.160,5	-12.497,6		-12.497,6	-34.182,2		-34.182,2
2027	-12.876,7		-12.876,7	-13.377,6		-13.377,6	-36.317,1		-36.317,1
2028	-13.638,9		-13.638,9	-14.332,6		-14.332,6	-38.601,3		-38.601,3
2029	-14.452,2		-14.452,2	-15.367,4		-15.367,4	-41.042,9		-41.042,9
2030	-15.320,8		-15.320,8	-16.481,9		-16.481,9	-43.631,9		-43.631,9
2031	-16.235,9		-16.235,9	-17.649,1		-17.649,1	-46.421,8		-46.421,8

Fonte: Governo Federal. Elaboração: IFI.

IFI considera ausência de mudanças significativas na carga tributária no horizonte de projeção das variáveis.

Para concluir esta seção inicial, uma hipótese subjacente aos cenários para as receitas fiscais é a de manutenção da carga tributária nos níveis atuais, sem alteração profunda em alíquotas ou bases de cálculo de tributos. Naturalmente, trata-se de instrumento que pode ser utilizado pelo governo em algum momento para melhorar a trajetória do resultado primário. A inclusão de eventual aumento de carga tributária nos cenários pode ser feita no futuro, se o governo sinalizar ações nessa direção.

2.2 Projeções de receitas para 2022 e 2023

Projeções de receitas consideram informações atualizadas até março de 2022. A Tabela 8 apresenta as projeções da IFI para as receitas do governo central em 2022 e 2023, comparando as estimativas da revisão de cenários realizada em dezembro de 2021 com as de agora. Vale dizer, em dezembro, havia informações disponíveis até outubro, enquanto na revisão atual, de maio de 2022, os dados estão atualizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até março de 2022.

TABELA 8. COMPARATIVO DAS PROJEÇÕES DA IFI PARA A ARRECADAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NO CENÁRIO BASE, NAS REVISÕES DE CENÁRIOS DE DEZEMBRO DE 2021 E MAIO DE 2022 (R\$ BILHÕES)

Cenário base (R\$ milhões)	Revisão Dez/21		Revisão Mai/22		Dif. Mai/22-Dez/21	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
1. Receita primária total	2.019,2	2.171,9	2.151,8	2.289,0	132,6	117,1
Receita administrada pela RFB/MF, exceto RGPS e sem incentivos fiscais	1.293,2	1.398,9	1.338,9	1.461,4	45,7	62,5
Arrecadação líquida para o RGPS	486,8	521,4	511,3	541,2	24,5	19,8
Receitas não administradas pela RFB/MF	239,2	251,6	301,6	286,3	62,4	34,7
Incentivos fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Transferências por repartição de receita	385,0	418,6	406,5	437,3	21,5	18,7
3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]	1.634,2	1.753,3	1.745,3	1.851,7	111,1	98,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Expectativa da IFI para a receita primária da União em 2022 é de R\$ 2.151,8 bilhões. Para a receita primária total do governo central de 2022, a IFI passou a prever R\$ 2.151,8 bilhões, montante R\$ 132,5 bilhões superior ao da projeção de dezembro. Para 2023, a expectativa é de uma receita primária de R\$ 2.289,0 bilhões, contra R\$ 2.171,9 bilhões projetados em dezembro passado.

Nova projeção para as receitas administradas é de um montante de R\$ 1.338,8 bilhões em 2022. Do aumento de R\$ 132,5 bilhões previsto na receita total em 2022, R\$ 45,7 bilhões estão concentrados nas receitas administradas, cuja previsão subiu de R\$ 1.293,2 bilhões, em dezembro, para R\$ 1.338,8 bilhões agora (Tabela 8). Essa revisão foi motivada pelo comportamento da arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) nos últimos meses. O aumento nominal nas receitas administradas no acumulado de 12 meses passou de 24,5%, em outubro de 2021, para 27,6% em março de 2022.

Como apresentado na primeira seção, a IFI passou a prever valores para o PIB nominal mais elevados neste ano e em todo o horizonte de projeção (2022-2031). A taxa de variação esperada para o indicador, em 2022, passou de 8,8%, em dezembro, para 11,3% agora. Para 2023, a expectativa da IFI é de incremento de 7,0% no indicador (contra aumento projetado de 7,1% na última revisão de cenários).

Receitas previdenciárias deverão alcançar R\$ 511,3 bilhões em 2022. Para a arrecadação líquida do RGPS, a IFI projeta R\$ 511,3 bilhões de recolhimentos em 2022, R\$ 24,4 bilhões a mais do que o esperado em dezembro de 2021. Para 2023, a expectativa é de que essa arrecadação atinja R\$ 541,2 bilhões, mesmo com a prorrogação da desoneração da folha até 2023²⁰ (Tabela 8).

A revisão na projeção de 2022 foi motivada não apenas pelo PIB nominal mais alto, como também pela melhora nas condições de ocupação no mercado de trabalho. Ainda que o desemprego permaneça relativamente elevado e o rendimento real médio esteja registrando forte contração em razão da inflação, a ocupação, inclusive do emprego formal,

²⁰ A Lei nº 14.288, de 31 de dezembro de 2021, prorroga até 31 de dezembro de 2023 a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores da economia. Link para acesso à norma jurídica: <https://legis.senado.leg.br/norma/35395664/publicacao/35402280>.

tem mostrado melhora segundo informações do IBGE divulgadas até março no âmbito da PNAD Contínua, o que resultará em incremento de 8,1% da massa salarial, em termos nominais, em 2022.

Para 2023, a projeção da arrecadação líquida para o RGPS foi revisada para cima em R\$ 19,8 bilhões devido à expectativa de incremento de 5,1%, em termos nominais, da massa salarial. De todo modo, a Selic mais elevada vai enfraquecer a atividade econômica doméstica, fazendo com que o desemprego suba de 11,2%, em 2022, para 11,5% em 2023.

Estimativa para as receitas não administradas é de um recolhimento de R\$ 301,6 bilhões neste ano. A projeção da IFI para as receitas não administradas, em 2022, foi elevada de R\$ 239,2 bilhões para R\$ 301,6 bilhões (aumento de R\$ 62,4 bilhões) em razão de uma maior expectativa de recolhimentos de exploração de recursos naturais (petróleo), de dividendos, e de concessões, principalmente. Para 2023, a projeção subiu R\$ 34,7 bilhões, passando de R\$ 251,6 bilhões para R\$ 286,3 bilhões (Tabela 8).

Projeção para a receita com exploração de recursos naturais subiu para R\$ 131,3 bilhões em 2022. A projeção da IFI para os recolhimentos de exploração de recursos naturais, em 2022, subiu de R\$ 90,9 bilhões, na revisão de dezembro de 2021, para R\$ 131,3 bilhões. Em razão do conflito na Ucrânia iniciado em fevereiro de 2022, houve alteração nas premissas referentes aos preços do petróleo no mercado internacional nos próximos anos. A expectativa é de que as sanções econômicas aplicadas à Rússia perdurem por alguns anos, fazendo com que os preços permaneçam em níveis mais elevados em função de restrições na oferta.

A IFI considerou a evolução dos preços do petróleo adotada pela ANP. A Tabela 9 apresenta as premissas utilizadas pela IFI em relação ao comportamento dos preços do petróleo no mercado internacional e a taxa de câmbio para o período de 2022 a 2031. Para o preço do petróleo, a IFI utiliza as mesmas projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)²¹. A projeção para a taxa de câmbio é obtida do cenário macroeconômico da IFI.

Para 2022, considerou-se o preço médio do barril de US\$ 105,22. A título de comparação, em dezembro de 2021, a IFI estimava um preço médio do petróleo do tipo Brent em US\$ 66,00 de 2022 a 2025, e de US\$ 65,00 de 2026 a 2030. Agora, a expectativa é de um preço médio do petróleo de US\$ 105,22 em 2022 e de US\$ 88,98 entre 2023 e 2031. As mudanças nas premissas do preço do petróleo aumentaram as projeções de receitas de exploração de recursos naturais em R\$ 34,1 bilhões, para este ano, R\$ 23,5 bilhões, para 2023, R\$ 37,4 bilhões, para 2024, e em mais de R\$ 50 bilhões, para 2025 em diante.

²¹ Link para acesso às informações: <https://cpl.anp.gov.br/anp-cpl-web/public/sigep/consulta-estimativa-royalties/consulta.xhtml>.

TABELA 9. PREMISSAS ASSUMIDAS PARA OS PREÇOS DO PETRÓLEO NO MERCADO INTERNACIONAL E A TAXA DE CÂMBIO NO HORIZONTE DE PROJEÇÃO (2022-2031) NO CENÁRIO BASE

	Brent (US\$)		Taxa de câmbio média	
	Dezembro de 2021	Mai de 2022	Dezembro de 2021	Mai de 2022
2022	66,00	105,22	5,67	5,26
2023	66,00	88,98	5,62	5,14
2024	66,00	88,98	5,39	5,18
2025	66,00	88,98	5,32	5,21
2026	65,00	88,98	5,35	5,24
2027	65,00	88,98	5,38	5,27
2028	65,00	88,98	5,41	5,30
2029	65,00	88,98	5,44	5,33
2030	65,00	88,98	5,48	5,36
2031		88,98		5,40

Fonte: ANP e Banco Central. Elaboração: IFI.

Transferência da União a estados e municípios deverá alcançar R\$ 406,5 bilhões em 2022. A nova projeção da IFI para as transferências do governo central, em 2022, é de R\$ 406,5 bilhões, contra os R\$ 385,0 bilhões previstos anteriormente. Para 2023, a expectativa é de um montante de transferências de R\$ 437,3 bilhões, R\$ 18,7 bilhões a mais que o projetado em dezembro (Tabela 8). A revisão para cima na projeção de 2022 ocorreu em razão do comportamento dos recolhimentos dos tributos partilhados pela União com os entes subnacionais (IPI e IR), assim como da Lei nº 14.337, de 2022, que prevê repasse adicional de R\$ 7,7 bilhões pela União.

Evolução das transferências no horizonte de projeção acompanha o comportamento das receitas administradas.

Em relação a dezembro de 2021, a projeção das transferências para 2023 subiu R\$ 18,7 bilhões em decorrência da maior expectativa de recolhimentos de tributos administrados. Como explicado em versões anteriores deste relatório de revisões de cenários, a IFI projeta as transferências a partir de percentuais sobre as receitas administradas. A partir da revisão de dezembro de 2021, em particular, foi necessário considerar a promulgação da EC nº 112, que elevou em mais 1 p.p. a partilha da arrecadação do IPI e do IR com o FPM, a ser implementada gradualmente entre 2022 e 2024.

Nova projeção para a receita líquida do governo central é de R\$ 1.745,3 bilhões em 2022. A partir das novas projeções para a receita primária total e as transferências, a expectativa para a receita líquida do governo central²², em 2022, passou a ser de R\$ 1.745,3 bilhões, um aumento de R\$ 111,1 bilhões em relação à projeção de dezembro. Para 2023, a expectativa da IFI é de uma receita líquida de R\$ 1.851,7 bilhões, contra R\$ 1.753,3 bilhões previstos em dezembro (Tabela 8).

²² A receita líquida da União corresponde às receitas totais deduzidas as transferências por repartição de receita que são destinadas para entes subnacionais. Um exemplo dessa dedução são os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), que consiste no rateio da arrecadação do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IR e IPI).

2.3 Projeções de receitas no horizonte 2022-2031

As Tabelas 10, 11 e 12 apresentam as projeções de receita total bruta e suas componentes (receitas administradas pela Receita Federal, RGPS e receitas não administradas), além de projeções para as transferências aos entes subnacionais e para a receita líquida nos cenários base, otimista e pessimista, no período de 2022 a 2031.

No longo prazo, crescimento das receitas administradas converge para o crescimento real da economia. Pelo lado das receitas administradas, os cenários consideram incremento contínuo da arrecadação de 2022 em diante, com o crescimento da economia convergindo para taxas ao redor de 2,0% (cenário base), 3,2% (otimista) e 1,2% (pessimista). A atividade econômica também impacta a arrecadação líquida para o RGPS e alguns subgrupos das receitas não administradas, como dividendos, exploração de recursos naturais, contribuição do salário-educação etc.

No cenário pessimista, melhora da projeção para o crescimento da economia em 2022 também alterou a evolução das receitas nos próximos anos. A projeção de crescimento real do cenário pessimista também melhorou para 2022 e piorou para 2023. O aumento dos valores do PIB nominal no cenário pessimista no horizonte de projeção influencia a trajetória das receitas administradas, tornando os valores nominais mais elevados nos anos à frente.

Crescimento continuado da economia favorece a recomposição das bases de incidência dos tributos. A manutenção de um crescimento real continuado do PIB pode favorecer também o recolhimento de tributos como concessões e permissões por atrair o interesse do capital estrangeiro por ativos de infraestrutura no Brasil. O crescimento da economia também permite uma recomposição das bases de incidência de vários tributos, podendo eventualmente aumentar, por certo tempo, as elasticidades das receitas governamentais. O EE nº 16 da IFI, mencionado anteriormente, estimou elasticidades da arrecadação em relação ao PIB considerando horizontes de curto e longo prazo, além de situações em que o hiato do produto²³ é positivo ou negativo.

²³ Hiato do produto é uma variável não observável que procura medir os desvios do PIB em relação ao que seria o crescimento potencial de uma economia. Se essa diferença é positiva, diz-se que o hiato é positivo; se negativa, o hiato é negativo. E, se a diferença é próxima a zero, considera-se que o PIB está crescendo no nível potencial.

TABELA 10. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO BASE – R\$ BILHÕES

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita total	1.932,6	2.151,8	2.289,0	2.418,2	2.553,7	2.683,9	2.817,5	2.959,9	3.090,6	3.229,0	3.367,0
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	1.195,7	1.338,9	1.461,4	1.538,9	1.613,4	1.690,6	1.772,1	1.858,1	1.929,2	2.004,0	2.080,9
Arrecadação líquida para o RGPS	462,2	511,3	541,2	575,7	609,7	645,4	683,4	723,9	767,0	813,1	861,7
Receitas não administradas pela RFB	274,9	301,6	286,3	303,6	330,6	348,0	362,0	377,9	394,4	411,9	424,4
Transferências por repartição de receita	353,5	406,5	437,3	465,0	487,5	510,8	535,5	561,5	583,0	605,5	628,8
Receita líquida	1.579,1	1.745,3	1.851,7	1.953,2	2.066,2	2.173,1	2.282,1	2.398,4	2.507,7	2.623,4	2.738,2

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

TABELA 11. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO OTIMISTA – R\$ BILHÕES

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita total	1.932,6	2.170,9	2.330,5	2.509,6	2.671,5	2.832,9	3.002,0	3.185,3	3.382,0	3.592,5	3.804,8
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	1.195,7	1.344,7	1.485,3	1.607,3	1.700,7	1.800,5	1.907,9	2.023,5	2.147,8	2.280,3	2.417,2
Arrecadação líquida para o RGPS	462,2	513,5	544,6	583,5	623,7	667,0	714,0	764,9	820,2	879,6	941,9
Receitas não administradas pela RFB	274,9	312,7	300,6	318,8	347,1	365,4	380,1	396,8	414,1	432,5	445,6
Transferências por repartição de receita	353,5	408,2	444,4	485,7	513,9	544,1	576,5	611,5	649,0	689,1	730,4
Receita líquida	1.579,1	1.762,7	1.886,1	2.023,9	2.157,6	2.288,8	2.425,5	2.573,8	2.733,0	2.903,4	3.074,4

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO PESSIMISTA – R\$ BILHÕES

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita total	1.932,6	2.077,5	2.189,3	2.299,2	2.424,6	2.547,1	2.673,3	2.808,0	2.950,3	3.099,9	3.254,6
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	1.195,7	1.303,2	1.411,4	1.482,4	1.550,2	1.621,1	1.696,0	1.775,0	1.858,4	1.945,3	2.038,0
Arrecadação líquida para o RGPS	462,2	505,9	534,6	558,8	593,4	630,2	669,6	711,7	756,7	804,4	855,9
Receitas não administradas pela RFB	274,9	268,3	243,3	258,1	281,0	295,8	307,7	321,2	335,2	350,1	360,8
Transferências por repartição de receita	353,5	395,9	422,3	447,9	468,4	489,9	512,5	536,4	561,6	587,8	615,8
Receita líquida	1.579,1	1.681,6	1.767,0	1.851,3	1.956,2	2.057,2	2.160,8	2.271,6	2.388,7	2.512,0	2.638,8

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Receitas administradas responderiam por uma participação média de 13,5% no PIB entre 2022 e 2031. O Gráfico 6 apresenta as trajetórias previstas pela IFI para as receitas administradas do governo central no cenário base, excetuando-se as receitas do RGPS, como proporção do PIB, no horizonte de 2022 a 2031. Na média do período, as receitas administradas corresponderiam a 13,5% do PIB na atual revisão das projeções.

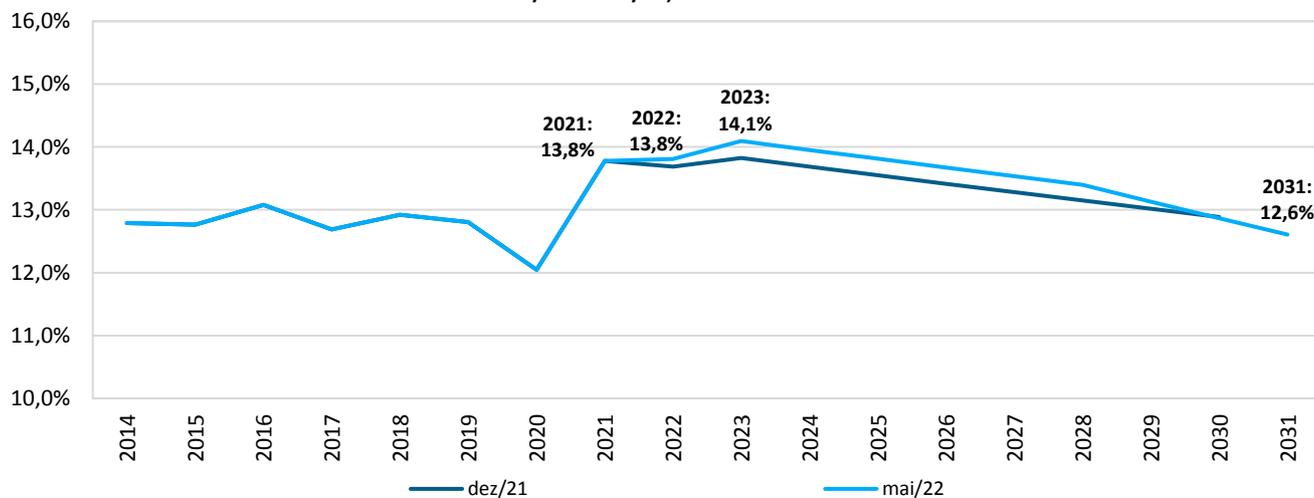
Recuperação das receitas administradas como proporção do PIB teve início em 2021 e deverá continuar até 2023. Após a queda observada em 2020, decorrente dos efeitos da pandemia sobre a atividade econômica, as receitas administradas registraram recuperação vigorosa em 2021, quando atingiram 13,8% do PIB. Esse percentual deverá se manter em 2022 e subir a 14,1% do PIB em 2023, quando cairia gradualmente ao nível de 12,6% do PIB até 2031. A razão para esse comportamento da projeção se deve à incorporação, a partir da presente revisão de cenários, dos parâmetros de elasticidades receita-PIB encontrados e apresentados no EE nº 16.

Importante destacar que, para efeito das projeções de receita, considerou-se, como curto prazo, o biênio 2022-2023, e, como longo prazo, o período de 2024 a 2031. Isso também vale para os demais subgrupos das receitas primárias, a serem apresentados adiante.

Elasticidades receita-PIB consideradas nos cenários são as apresentadas no EE da IFI nº 16, de 2021. De acordo com os resultados do EE nº 16, a elasticidade das receitas administradas em relação ao PIB foram de 1,02 no curto prazo (tanto para o hiato do produto positivo quanto para o hiato negativo). Para o longo prazo, as elasticidades estimadas foram de 0,98, em caso de hiato positivo, e 0,90, na situação de hiato do produto negativo. As projeções de receitas administradas aqui apresentadas consideram que a elasticidade dessas receitas em relação ao PIB serão de 1,02 em 2022, 1,01, em 2023, de 0,99 de 2024 a 2028, e de 0,98 de 2029 a 2031.

Em suma, a adoção de uma elasticidade das receitas administradas em relação ao PIB superior a 1 no curto prazo e outra inferior a 1 no longo prazo faz com que a arrecadação, como proporção do PIB, cresça até 2023 e passe a cair gradualmente a partir de 2024 (Gráfico 6).

GRÁFICO 6. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS ADMINISTRADAS/PIB - REVISÕES DE DEZ/21 E MAI/22, NO CENÁRIO BASE



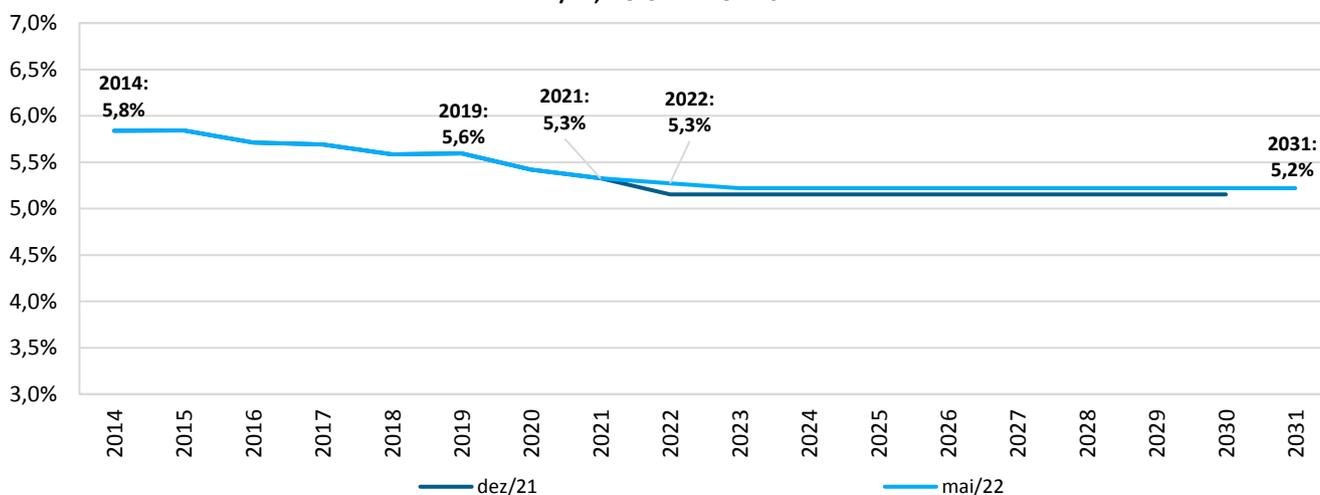
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Cenários consideraram valores da elasticidade da receita do RGPS em relação ao PIB próximos da unidade no horizonte de projeção. Os resultados para a elasticidade da arrecadação líquida do RGPS em relação ao PIB encontradas

no EE nº 16 foram: 0,90 (hiato positivo) e 0,60 (hiato negativo) no curto prazo, e 1,06 (hiato positivo e/ou negativo) no longo prazo. As projeções apresentadas neste relatório contemplam os seguintes valores para essa elasticidade: 0,99 em 2022 e 2023, e 1 de 2024 em diante. Essa adaptação foi realizada em razão de projeções pouco intuitivas encontradas com os parâmetros apresentados no EE nº 16.

Projeção para a arrecadação líquida do RGPS como proporção do PIB é de relativa estabilidade até 2031. No longo prazo, uma elasticidade de 1,06 configuraria uma situação em que as receitas do RGPS aumentariam gradativamente a participação no PIB. Nos últimos anos, no entanto, essa proporção tem diminuído. A título de ilustração, em 2014, a arrecadação líquida para o RGPS respondia por 5,8% do PIB. Em 2019, antes da pandemia, essa participação havia recuado para 5,6% do PIB. Em 2022, a projeção da IFI é que essa proporção fique em 5,3%. A partir de 2023, considerou-se como razoável a manutenção de uma participação da arrecadação para o RGPS de 5,2% do PIB.

GRÁFICO 7. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS DO RGPS/PIB - REVISÕES DE DEZ/21 E MAI/22, NO CENÁRIO BASE



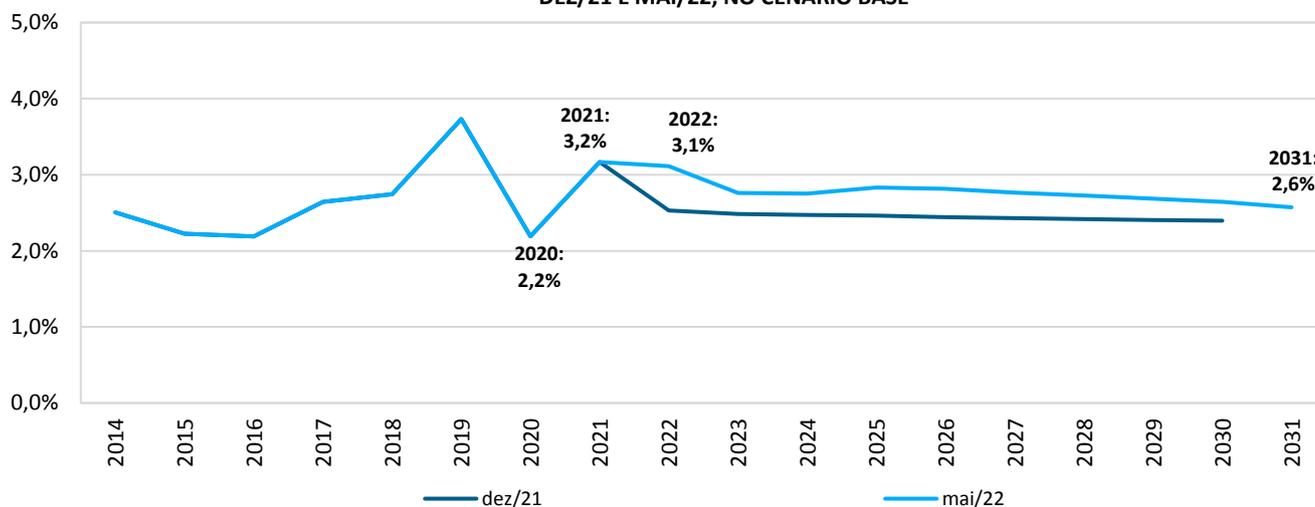
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Revisão mais significativa nas receitas provenientes da exploração de petróleo causou a maior mudança nas projeções das receitas não administradas. Para o cenário de receitas não administradas, a modificação mais importante ocorreu, conforme mencionado anteriormente, na expectativa de recolhimentos de exploração de recursos naturais e, em menor medida, de dividendos e concessões e participações em 2022. Em linhas gerais, a IFI assume que as receitas não administradas deverão se manter relativamente constantes em relação ao PIB no longo prazo, considerando que o governo continuará a realizar esforços para aumentar a arrecadação, por exemplo, de leilões e concessões de ativos de infraestrutura, ainda que exista um limite para tal. Além disso, a consolidação de uma retomada do crescimento, ainda que a uma taxa de 2,2%, no cenário base da IFI, favorece os recolhimentos de alguns subgrupos de receitas não administradas que guardam relação com a atividade econômica.

Preço médio do barril do petróleo mais elevado fará receitas não administradas alcançarem o nível de 3,1% do PIB em 2022. O Gráfico 8 compara as trajetórias das projeções para as receitas não administradas, como proporção do PIB, referentes às revisões atual, de outubro e de dezembro de 2021, no cenário base. A relativa estabilidade dessa arrecadação entre 2021 (3,2% do PIB) e 2022 (3,1% do PIB) decorre da expectativa de preços do petróleo em nível mais elevado neste ano, como explicado anteriormente. A manutenção da receita em torno a 2,8% do PIB a partir de 2023, por sua vez, ocorre em função da expectativa de manutenção nos recolhimentos de *royalties* e participações de petróleo, com

um preço médio do barril inferior ao de 2022, assim como dos subgrupos afetados pelo comportamento da atividade econômica.

GRÁFICO 8. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS/PIB - REVISÕES DE DEZ/21 E MAI/22, NO CENÁRIO BASE



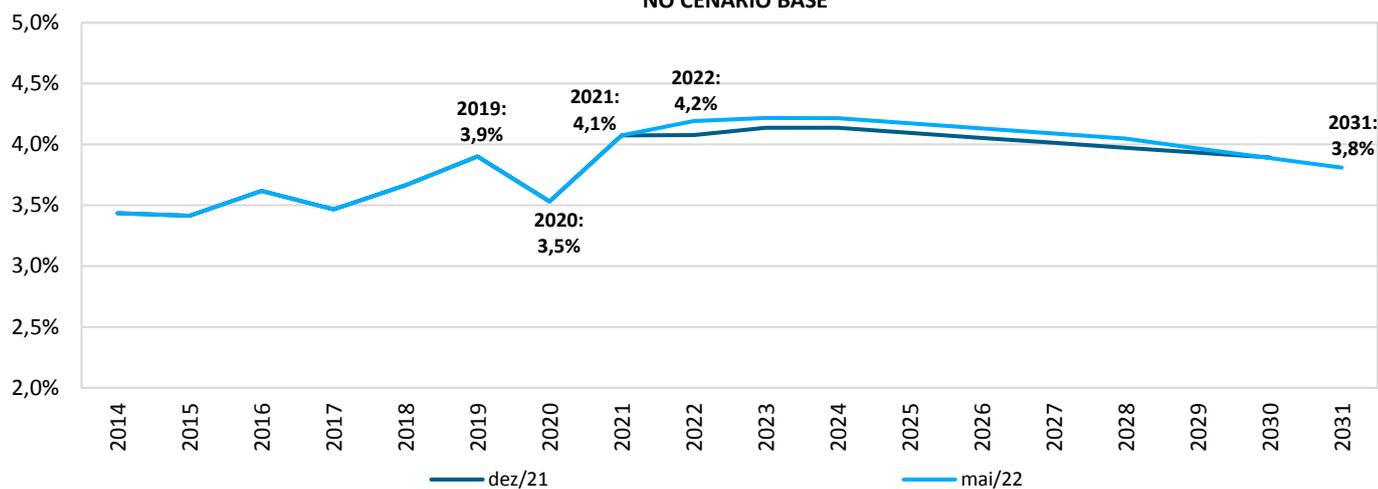
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Transferências crescerão alinhadas às receitas administradas e também pela promulgação da EC nº 112. O Gráfico 9 apresenta as projeções para as transferências por repartição de receita do governo central até 2031. Após a retração verificada em 2020 (em proporção do PIB), as transferências aumentarão nos próximos anos em razão da expectativa de aumento nas receitas administradas e da modificação introduzida na partilha da arrecadação do IPI e do IR pela EC nº 112, de 2021.

No longo prazo, transferências convergirão ao nível de 3,8% do PIB. No horizonte de projeção da IFI, vinculou-se as projeções das transferências da União a estados e municípios ao cenário das receitas administradas em razão da ausência de projeções, por ora, para os tributos sobre os quais incide o percentual dessas transferências (IPI e IR). Dada essa premissa, a nova curva de projeção das transferências como proporção do PIB adquiriu formato parecido ao da curva das receitas administradas. Isto é, no curto prazo (2022 a 2024), as transferências ganham participação no PIB, enquanto no longo prazo, esse percentual recua gradualmente ao nível de 3,8% do PIB.

Maior percentual partilhado nos recolhimentos de IPI e IR e R\$ 7,7 bilhões autorizados impulsionarão as transferências em 2022, 2023 e 2024. O aumento na partilha dos recolhimentos de IPI e IR previstos na EC nº 112 (0,25% em 2022, 0,5% em 2023 e 1,0% de 2024 em diante) produzirá, a partir de 2024, um impacto de cerca de R\$ 15 bilhões no FPM. Atualmente, a participação das transferências nas receitas administradas é de cerca de 30,0%. Com o aumento nas transferências em R\$ 7,7 bilhões em 2022, esse percentual chegaria a 30,4% em 2022. Em 2024, a participação das transferências nas receitas administradas recuaria para 30,2%, mantendo-se em nível relativamente elevado.

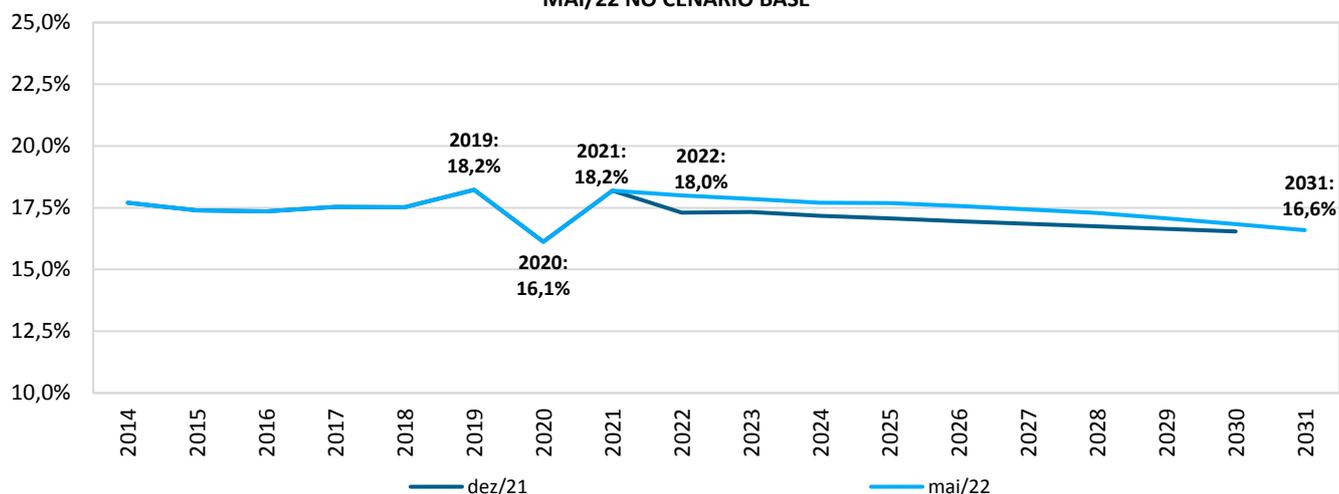
GRÁFICO 9. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS/PIB - REVISÕES DE DEZ/21 E MAI/22 NO CENÁRIO BASE



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Receita líquida deverá alcançar 18,0% do PIB em 2022, caindo marginalmente nos anos subsequentes. Por fim, o Gráfico 10 apresenta a projeção da receita líquida para o período de 2022 a 2031. Em 2022, a projeção da IFI é de que a variável atinja 18,0% do PIB. Nos anos seguintes, essa participação deverá cair, principalmente, em razão das trajetórias esperadas para as receitas administradas, que perderão participação no PIB, assim como as transferências aos entes subnacionais. A expectativa é de que a receita líquida alcance o nível de 16,6% do PIB em 2031.

GRÁFICO 10. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITA LÍQUIDA/PIB - REVISÕES DE DEZ/21 E MAI/22 NO CENÁRIO BASE



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

3. CENÁRIOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS DA UNIÃO E O RESULTADO PRIMÁRIO

Nova projeção para o deficit primário do governo central em 2022 é de R\$ 19,2 bilhões ou 0,2% do PIB. O deficit é inferior aos R\$ 99,6 bilhões projetados pela IFI em dezembro. O fator principal é o crescimento esperado da arrecadação, como discutido na seção anterior. Pelo lado da despesa, a projeção cresceu R\$ 30,7 bilhões. Para 2022, o cenário traçado para as despesas com pessoal incorpora a expectativa de um reajuste salarial linear de 5% para os servidores federais a partir de julho. Além disso, a trajetória das despesas com sentenças judiciais e precatórios e dos gastos sociais relacionados ao Auxílio Brasil aumentam o risco de descumprimento da regra do teto de gastos no médio prazo.

O governo tem sinalizado a intenção de conceder, de forma linear, reajuste salarial de 5% para os servidores públicos federais. Embora essa medida ainda não tenha sido formalizada, as greves e paralisações de alguns órgãos indicam que algum reajuste deve ocorrer.²⁴ Considerando a alta probabilidade de formalização dessa medida, os impactos fiscais decorrentes do aumento de 5% da remuneração dos servidores federais foram contemplados nos cenários da IFI.

Medidas adicionais pelo lado das despesas são limitadas pela regra do teto de gastos. Com o teto, a adoção de medidas fiscais que impliquem aumento de despesas tem espaço limitado. Para que o governo promova medidas que ampliem o gasto público é preciso que outras despesas sejam ajustadas com objetivo de acomodá-las no limite constitucional.²⁵ Em parte, isso explica o porquê de ainda não ter ocorrido a formalização do reajuste dos servidores e o fato de a maioria das medidas fiscais estarem sendo adotadas no âmbito das receitas. Tempestivamente, caso se confirme a recomposição salarial para os servidores federais em percentuais e composição diferentes das hipóteses adotadas neste RAF, a IFI publicará avaliações a respeito dos seus impactos fiscais.

Feitas essas considerações, o cenário para este e para o próximo ano melhorou, com o crescimento da receita e do PIB nominal exercendo papel preponderante. Além disso, a evolução da inflação ao longo de 2022 e a alteração da regra do teto também poderão facilitar o cumprimento do teto de gastos de 2023.

Por outro lado, a perspectiva para o médio prazo está pior. A regra do teto de despesas com precatórios gera um passivo que deverá ser pago em 2027, levando o resultado primário para um deficit de 1,0% do PIB. Analisamos essas e outras questões nos tópicos a seguir.

3.1 Novas projeções para as despesas primárias

No cenário base, a despesa primária deverá chegar a R\$ 1.764,5 bilhões ou 18,2% do PIB em 2022 (Gráfico 11). Para a elaboração dos novos cenários, utilizamos valores realizados até março de 2022, considerando os dados

²⁴ Algumas notícias veiculadas sobre o assunto podem ser acessadas em: <https://www.poder360.com.br/economia/funcionarios-do-tesouro-nacional-ameacam-entrar-em-greve/>, <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/05/16/banco-central-nao-publicara-ibc-br-e-focus-hoje-devido-a-greve-de-servidores.ghtml> e <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/quatro-carreiras-servidores-publicos-cruzarao-bracos-reajustes.70004066152>.

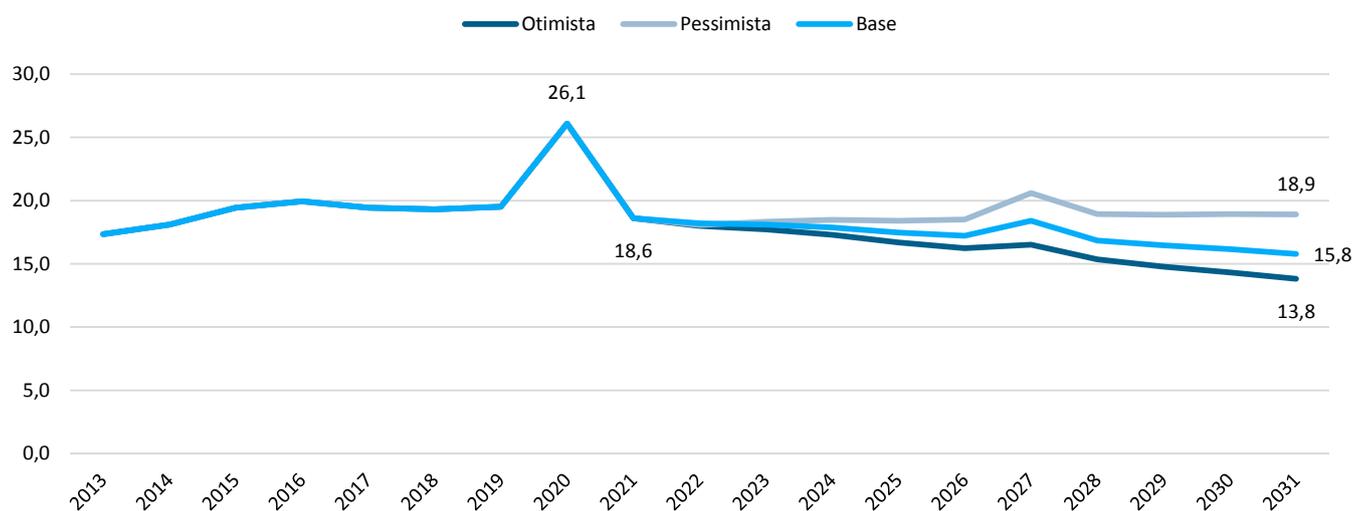
²⁵ Importa destacar que esse ajuste é realizado por meio dos contingenciamentos, de modo que deve ser considerado o cenário previsto nos relatórios bimestrais de revisão de receitas e despesas primárias. O relatório de avaliação do primeiro bimestre, divulgado em março e analisado pela IFI no RAF de abril, indicou a necessidade de contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias para que o teto de gastos fosse cumprido. Esse contingenciamento foi formalizado por meio do decreto de programação orçamentária e financeira nº 11.019, de 2022. Assim, sob essa ótica, para ocorrer ampliação de despesa, é necessário que haja redução em outras despesas sujeitas ao teto de gastos para que a regra seja respeitada. O decreto de programação orçamentária e financeira pode ser acessado em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/decreto-de-programacao-orcamentaria-e-financeira-dpof/2022/181>.

divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional em seu último boletim mensal.²⁶ O recuo frente aos 18,6% do PIB alcançados em 2021 decorre do aumento esperado para o PIB nominal acima do aumento projetado para as despesas.

No cenário base, a expectativa é de que o gasto chegue a 15,8% do PIB em 2031. Nos cenários alternativos, a despesa primária varia basicamente em função dos parâmetros macroeconômicos, como inflação e PIB.

Ao longo deste tópico, comentaremos os principais fatores por trás das novas projeções para a despesa primária do governo central.

GRÁFICO 11. DESPESA PRIMÁRIA - CENÁRIOS IFI (% DO PIB)

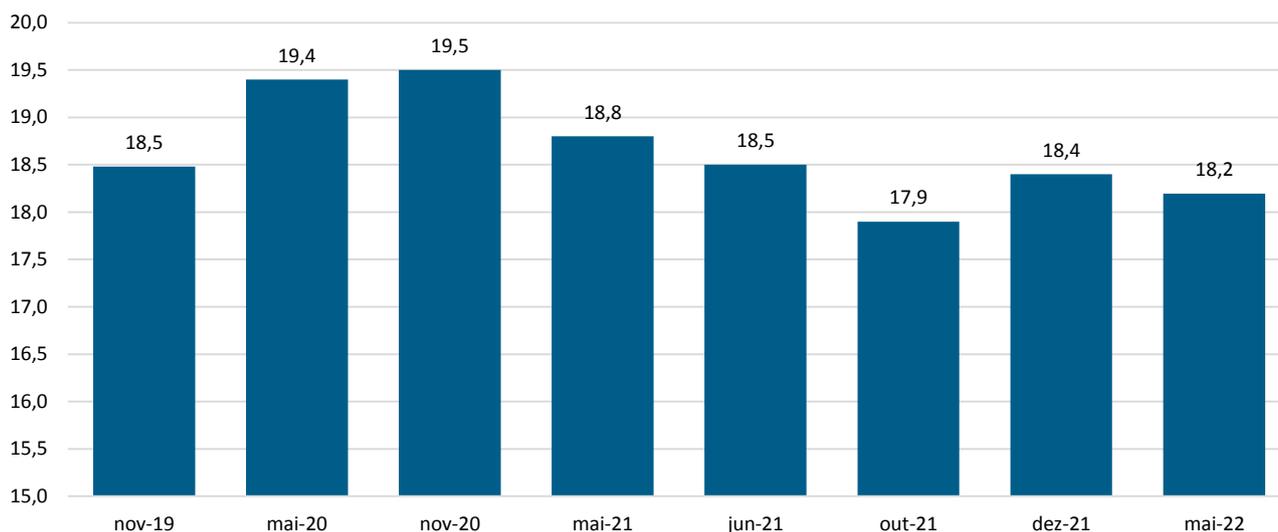


Fonte: Tesouro (2013 a 2021) e IFI (anos seguintes).

A nova projeção de despesas para 2022 indica crescimento nominal de 1,8% em relação à de dezembro. Em percentual do PIB, contudo, há uma queda de 0,2 p.p. (Gráfico 12), explicada pelo crescimento significativo na projeção da IFI para o PIB nominal no período. Em outras palavras, o gasto previsto aumentou, mas a evolução do PIB nominal foi ainda maior, provocando o recuo da despesa em percentual do Produto. O Gráfico 12 mostra como evoluiu a projeção da IFI para o gasto primário do governo central em 2022. Ela chegou a 19,5% do PIB em novembro de 2020. Mais uma vez, o papel do PIB nominal foi predominante. Na ocasião, apesar de a expectativa para o crescimento real do PIB ser superior à deste RAF, os cenários para a inflação eram inferiores aos atuais.

²⁶ O Relatório do Tesouro Nacional (RTN) é divulgado mensalmente e apresenta informações sobre resultado primário “acima da linha”, isto é, resultado da diferença entre receitas e despesas não financeiras do governo central. Até a data de elaboração e divulgação deste relatório (RAF), o RTN apresentava informações até o mês de março. O cronograma de divulgação do RTN para 2022 pode ser acessado em: <https://bit.ly/3vAhYRL>.

GRÁFICO 12. EVOLUÇÃO DOS CENÁRIOS-BASE DA IFI PARA O GASTO PRIMÁRIO DE 2022 (% DO PIB)



Fonte: IFI.

A Tabela 13 compara o cenário base da IFI para a despesa primária de 2022 com: a) os dados realizados de 2021; b) as projeções mais recentes do Executivo; e c) as projeções da IFI no cenário de dezembro. Em seguida, comentamos algumas das variações mais relevantes no período.

TABELA 13. PROJEÇÕES DE MAI/22 VERSUS DEZ/21 PARA A DESPESA PRIMÁRIA EM 2022 - CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES E VAR. %)

Discriminação	Realizado em 2021	Projeções para 2022			Comparativo					
		Executivo	IFI		IFI (mai/22) vs Realizado 2021		IFI (mai/22) vs Executivo (mar/22)		IFI (mai/22) vs IFI (dez/21)	
			mar/22	dez/21	mai/22	var.	var. %	var.	var. %	var.
Despesa Primária	1.612,8	1.751,3	1.733,8	1.764,5	151,7	8,6	13,2	0,8	30,7	1,8
Obrigatórias	1.489,0	1.621,7	1.582,2	1.628,2	139,2	8,9	6,6	0,4	46,0	2,9
Previdência (RGPS)	709,5	778,1	779,1	782,2	72,6	9,7	4,1	0,5	3,1	0,4
Pessoal	327,9	338,6	335,4	340,8	12,9	3,3	2,3	0,7	5,4	1,6
Abono e Seguro Desemprego	45,9	64,4	61,4	62,1	16,2	40,3	-2,3	-3,5	0,7	1,2
BPC	67,7	76,0	74,4	75,0	7,4	12,4	-1,0	-1,3	0,6	0,8
Bolsa Família	25,8	89,1	84,7	88,4	62,6	245,4	-0,7	-0,8	3,7	4,4
Demais obrigatórias	312,2	275,6	247,2	279,8	-32,5	-11,7	4,1	1,5	32,5	13,2
Discricionárias (Executivo)	123,8	129,6	151,6	136,3	12,5	4,7	6,7	5,1	-15,3	-10,1
<i>Memo:</i>										
Enfrentamento da Covid-19	120,8	23,8	15,0	30,6	-90,3	-80,3	6,7	28,2	15,6	103,8
Demais	1.492,0	1.727,4	1.718,8	1.733,9	242,0	15,8	6,5	0,4	15,1	0,9

Fonte: Tesouro, Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias e IFI. Elaboração: IFI.

A projeção para o gasto do RGPS foi revisada para cima ao incorporar a execução até março de 2022 e atualização dos parâmetros macroeconômicos. Excluídas as despesas com sentenças judiciais e precatórios, o crescimento nominal dos gastos previdenciários de janeiro a março foi de 10,6% na comparação com igual período de 2021. Esse

percentual para o crescimento do gasto previdenciário no primeiro trimestre (excluídas sentenças e precatórios) é levemente inferior ao projetado pela IFI no cenário base para 2022. Até a revisão de dezembro, esperávamos crescimento nominal de 10,9% e agora a projeção indica crescimento de 11,6% em 2022. Considerando sentenças judiciais e precatórios – que, vale dizer, estão limitadas pelas Emendas Constitucionais (ECs) nº 113 e nº 114 –, o crescimento era de 9,8% e, agora, passa a ser de 10,2%. Com isso, a projeção para os gastos do RGPS passou de R\$ 779,1 bilhões para R\$ 782,2 bilhões, frente aos R\$ 778,1 bilhões estimados pelo Executivo na última avaliação bimestral.²⁷ Em relação a 2021, os R\$ 782,2 bilhões representariam um crescimento nominal de 10,2%, refletindo o efeito da inflação sobre a projeção dessa rubrica de despesa.

A projeção para gastos com pessoal e encargos sociais apresentou aumento entre as duas últimas revisões. De janeiro a março, o crescimento nominal dos gastos com pessoal, exceto sentenças judiciais e precatórios, foi de 1,7%. Com a expectativa de que ocorra reajustes de pelo menos 5% ainda em 2022, nesta revisão, adotamos a dinâmica observada no primeiro trimestre para projetar o ano, acrescido de 5% nas remunerações a partir de julho. Ao acrescentar as despesas com sentenças e precatórios, e o reajuste esperado de 5%, o gasto com pessoal sairia de R\$ 327,9 bilhões em 2021, para R\$ 340,8 bilhões em 2022, alta de 3,3%. A estimativa da IFI é ligeiramente superior aos R\$ 338,6 bilhões previstos pelo governo em março.

Em linha com a revisão do RGPS, o gasto com BPC também apresentou leve aumento na projeção para 2022. Pelas projeções da IFI, em 2022, o aumento da despesa com BPC, exceto sentenças e precatórios, ficaria em 10,7% e o gasto chegaria a R\$ 73,0 bilhões. Ao incorporar a projeção com sentenças judiciais e precatórios, a estimativa para 2022 chega a R\$ 75,0 bilhões, acima dos R\$ 74,5 bilhões estimados em dezembro de 2021. A projeção atual do Executivo é um pouco superior, R\$ 76,0 bilhões.

A despesa com o programa Auxílio Brasil deve ficar em R\$ 88,4 bilhões refletindo o impacto conjunto do benefício regular e extraordinário. De janeiro a abril a despesa com o programa Auxílio Brasil foi de R\$ 29,1 bilhões. Segundo dados do Ministério da Cidadania, em abril, foi pago um valor médio de R\$ 409,82 reais por família, totalizando R\$ 7,4 bilhões de gasto mensal com o programa. As projeções da IFI consideram a manutenção desse valor para o restante do ano, isto é, sem alterações significativas no número de famílias beneficiadas ou no *ticket* médio mensal.

O programa Auxílio Brasil, que substituiu o programa Bolsa Família, foi criado pela Medida Provisória (MP) nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.²⁸ O benefício consiste na transferência direta de renda para famílias que se enquadrem em pelo menos uma das três situações: (i) em situação de extrema pobreza, isto é, famílias que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00; (ii) em situação de pobreza, isto é, renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00;²⁹ ou (iii) em regra de emancipação.³⁰

O programa apresenta 8 categorias de benefícios, sendo 4 denominados “benefícios cesta-raiz” e outros 4 adicionais para quem for elegível e possuir pelo menos um dos benefícios da cesta-raiz, ou seja, para os participantes do programa Auxílio

²⁷ Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2022/13>.

²⁸ A MP nº 1.061, de 2021 foi convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm.

²⁹ As famílias que se enquadrarem na situação de pobreza apenas serão elegíveis ao programa Auxílio Brasil se possuírem em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos.

³⁰ As famílias beneficiárias do programa Auxílio Brasil que tiverem aumento da renda familiar per capita mensal que ultrapasse o limite de renda (extrema pobreza ou pobreza), serão mantidas no programa pelo período de até 24 meses. As regras de emancipação podem ser consultadas no art. 20 da Lei 14.284, de 2021.

Brasil. Em 2022, os beneficiários do Auxílio Brasil também recebem um benefício extraordinário, de modo que o valor mínimo mensal por família seja de R\$ 400 reais. Assim, se no cálculo do valor do auxílio para a família, a soma dos benefícios que compõem a cesta-raiz ficar abaixo de R\$ 400 reais, essa família terá direito ao benefício extraordinário. O Quadro 1 sintetiza as categorias de benefícios do programa Auxílio Brasil e o benefício extraordinário.

Atualmente, das 18,1 milhões de famílias beneficiárias do programa, 16,2 milhões são elegíveis ao benefício extraordinário. Isso significa que 90% das famílias participantes do programa Auxílio Brasil necessitam de complementação de valor para que o benefício alcance os R\$ 400 reais mensais. Sem o benefício extraordinário, o *ticket* médio mensal seria de R\$ 216,17 por família.

QUADRO 1. TIPOS E REGRAS DOS BENEFÍCIOS DO AUXÍLIO BRASIL E BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO

Benefício	Regra de acesso	Quantidade de parcelas	Valor do benefício
Benefícios cesta-raiz			
Benefício Primeira Infância (BPI)	Famílias que possuam em sua composição crianças com idade até 36 meses incompletos.	-	R\$ 130 por criança elegível
Benefício Composição Familiar (BCF)	Famílias que possuam em sua composição gestantes;	9	R\$ 65 por pessoa elegível
	Famílias que possuam em sua composição nutrízes; e/ou	6	
	Famílias que possuam em sua composição pessoas com idade entre 3 e 21 anos incompletos.	-	
Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Famílias em que a renda familiar mensal per capita, após inclusão dos benefícios BPI e/ou BCF, continuar sendo inferior a R\$ 105 reais. Recebem o equivalente ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 105,00, respeitando o mínimo por membro da família.	-	Variável, com mínimo de R\$ 25 por membro da família
Benefício compensatório (BComp)	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que tiverem redução no valor total dos benefícios que recebiam do Programa, após a migração do PBF para o Auxílio Brasil. Recebem o equivalente ao valor necessário para alcançar o valor que recebia anteriormente no PBF.	-	Variável
Benefícios adicionais (para quem já é beneficiário do programa Auxílio Brasil)			
Bolsa iniciação científica júnior	Estudantes que tenham se destacado em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional.	12	R\$ 100,00 para o estudante
		1	R\$ 1.000,00 para a família
Esporte escolar	Estudantes de 12 a 17 anos incompletos que se destaquem nos Jogos Escolares Brasileiros.	12	R\$ 100,00 para o estudante
		1	R\$ 1.000,00 para a família
Inclusão produtiva rural	Famílias que possuam em sua composição agricultores familiares.	-	R\$ 200,00 para a família
Inclusão produtiva urbana	Beneficiários do programa Auxílio Brasil que comprovarem vínculo de emprego com carteira assinada.	-	R\$ 200,00 para a família
Benefício extraordinário (para quem já é beneficiário do programa Auxílio Brasil)	Famílias em que o valor do benefício da cesta-raiz for inferior a R\$ 400 reais. Recebem o equivalente ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400,00.	-	Variável

Fonte: Ministério da Cidadania. Elaboração IFI.

O benefício extraordinário foi criado por meio da MP nº 1.076, de 7 de dezembro de 2022. A MP previa pagamento do benefício apenas para dezembro de 2021, mas com a possibilidade de prorrogação para o exercício de 2022. Durante a tramitação da MP, o Congresso a modificou para que o benefício extraordinário fosse concedido de forma permanente. Assim, no dia 5 de maio de 2022, foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 6, de 2022,³¹ tornando o benefício extraordinário permanente e integrado à lei do Auxílio Brasil. O Quadro 2 sintetiza as alterações que foram realizadas nos arts. 1º e 2º da MP 1.076.

QUADRO 2. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DO AUXÍLIO BRASIL – ARTS 1º E 2º

Redação original (MP 1.076, de 2021)	Redação aprovada (PLV 6, de 2022)
Art. 1º Fica instituído, na competência de dezembro de 2021 , o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.	Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente , como parte do processo de ampliação da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, o benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.
Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal poderá prorrogar a concessão do Benefício de que trata o caput para os meses de janeiro a dezembro de 2022 , consideradas as famílias beneficiárias no mês de referência do pagamento do referido Benefício e observada a disponibilidade orçamentária e financeira.	-
Art. 2º O Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil:	Art. 2º O benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil:
I - Será calculado a partir da soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I a III do caput e o inciso VI do § 1º do art. 3º da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, no mês de referência;	I- Será calculado a partir da soma dos benefícios financeiros de que tratam os incisos I, II, III e IV do caput do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no mês de referência;
II - Equivalerá ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);	II- Equivalerá ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
III - Não terá caráter continuado;	III- Terá caráter continuado;
IV - Será pago juntamente com a parcela ordinária de dezembro de 2021 do Programa Auxílio Brasil no limite de um benefício por família; e	IV- Será pago juntamente com a parcela ordinária de referência do Programa Auxílio Brasil, no limite de 1 (um) benefício por família; e
V - Não integrará o conjunto de benefícios instituídos pela Medida Provisória nº 1.061, de 2021.	V- Integrará o conjunto de benefícios instituídos pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Fonte: PLV 6, de 2022 e MP 1.076, de 2021. Elaboração IFI.

O cenário de dezembro da IFI já previa gastos futuros do Auxílio Brasil no mesmo patamar de 2022. Na seara fiscal, a grande discussão que se coloca em relação ao PLV nº 6, de 2022, diz respeito à transformação de um gasto temporário em permanente sem uma sinalização de compensação, seja via redução de outra despesa ou via aumento de alguma receita. Dada a dificuldade política de se reduzirem gastos sociais, os cenários da IFI de dezembro de 2021 já contemplavam a manutenção, nos anos seguintes, do gasto de 2022 com o Auxílio Brasil. Mais recentemente, o Plano Plurianual e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) para 2023 também consideraram a prorrogação desse gasto extraordinário no orçamento.³²

³¹ O PLV nº 6, de 2022, aguarda sanção. Disponível em: <https://bit.ly/37Q7TFk>.

³² O valor pode ser consultado no processo nº 18101.100496/2022-61, referente ao documento nº 24334894. Disponível em: <https://bit.ly/3wiSRkp>

No total, os gastos com o enfrentamento da covid-19 devem chegar a R\$ 30,0 bilhões em 2022. As despesas envolvem principalmente a vacinação e os serviços de saúde. No ano passado, esses gastos atingiram R\$ 120,8 bilhões, ou 1,4% do PIB. Trata-se, portanto, de uma redução importante do estímulo fiscal. A estimativa da IFI realizada em dezembro para 2022 era de R\$ 15,0 bilhões. A diferença para a previsão atual se deve basicamente às projeções maiores do governo para aquisição de vacinas e despesas adicionais dos ministérios. A projeção da IFI considera a dotação atualizada para os gastos relacionados ao combate à covid-19.³³

Projeção da IFI para gastos do Legislativo, Judiciário, Ministério Público (MP) e Defensoria Pública da União (DPU) permanece aquém do previsto pelo Executivo. As projeções do Executivo para o gasto dos demais Poderes refletem a dotação orçamentária e, portanto, são pouco sensíveis à execução no ano. No primeiro trimestre deste ano, o crescimento nominal das despesas de custeio e capital desses poderes foi de 22%, mas, mesmo extrapolando essa taxa para o restante do ano, a despesa deve encerrar o exercício em patamar inferior ao previsto nas projeções oficiais. Além disso, destaca-se o espaço existente no teto dos gastos desses poderes, conforme evidenciado no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas da União e analisado na edição passada do RAF. Ao incorporar o desempenho mais recente e considerar que os outros Poderes podem ampliar gastos de modo a consumir parte da margem fiscal, a projeção para as despesas dos demais Poderes chega a R\$ 16,3 bilhões, maior do que os R\$ 10,8 bilhões de 2021, mas menor do que os R\$ 18,9 bilhões previstos pelo governo no relatório de avaliação do 1º bimestre.

Os gastos com o abono salarial ficarão em R\$ 22,6 bilhões em 2022. Em 2021 os últimos pagamentos foram feitos em junho e se referem ao ano-base 2019. Os relativos ao ano-base 2020, que seriam realizados entre julho de 2021 e junho de 2022, serão feitos entre janeiro e dezembro de 2022. Isso se deve à Resolução CODEFAT nº 896, de 23 de março de 2021, que alterou o calendário de pagamentos do benefício. A consequência prática é que o gasto que seria realizado no segundo semestre de 2021 foi postergado para 2022, gerando uma lacuna especificamente em 2021. A partir deste ano, a despesa se normaliza com os pagamentos do ano-base 2020. O aumento frente aos R\$ 10,2 bilhões gastos no ano passado não se refere, portanto, a um aumento efetivo de beneficiários, mas tão somente a uma mudança na forma de operacionalizar o programa. Já os gastos com seguro desemprego foram revistos para baixo em relação ao cenário da IFI de dezembro ao considerar a revisão de alguns parâmetros macroeconômicos e a realização das despesas no primeiro trimestre. A projeção para 2022 é de R\$ 39,5 bilhões, ante R\$ 41,8 bilhões nos cenários de dezembro de 2021.

No cenário base, o gasto primário deve recuar para 15,8% do PIB até 2031. As novas projeções para o médio prazo, sobretudo em percentual do PIB, ficaram levemente acima do cenário traçado anteriormente para o período de 2022 a 2026. A partir de 2027, a despesa no cenário base apresenta uma distância maior e fica sistematicamente acima do cenário traçado em dezembro. O principal fator a influenciar essa alteração do cenário se refere ao impacto das ECs nº 113 e nº 114, que criaram um limite de pagamento para precatórios e sentenças judiciais entre 2022 e 2026.

O RAF de janeiro explorou o impacto das ECs nº 113 e nº 114 sobre o orçamento de 2022. A seguir será apresentada uma análise das implicações destes normativos sobre o cenário fiscal de médio prazo.

As ECs nº 113 e nº 114, ambas de dezembro de 2021, entre outras medidas, promoveram duas alterações que impactam diretamente a elaboração dos cenários fiscais, a saber: a) mudança no fator de correção do teto de gastos; e b) criação de um teto para execução de despesas com sentenças judiciais e precatórios.

³³ A fonte de informação é o Painel de monitoramento dos gastos com covid-19, da STN. O acesso ocorreu em 12 de maio de 2022. As informações atualizadas podem ser acessadas em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>.

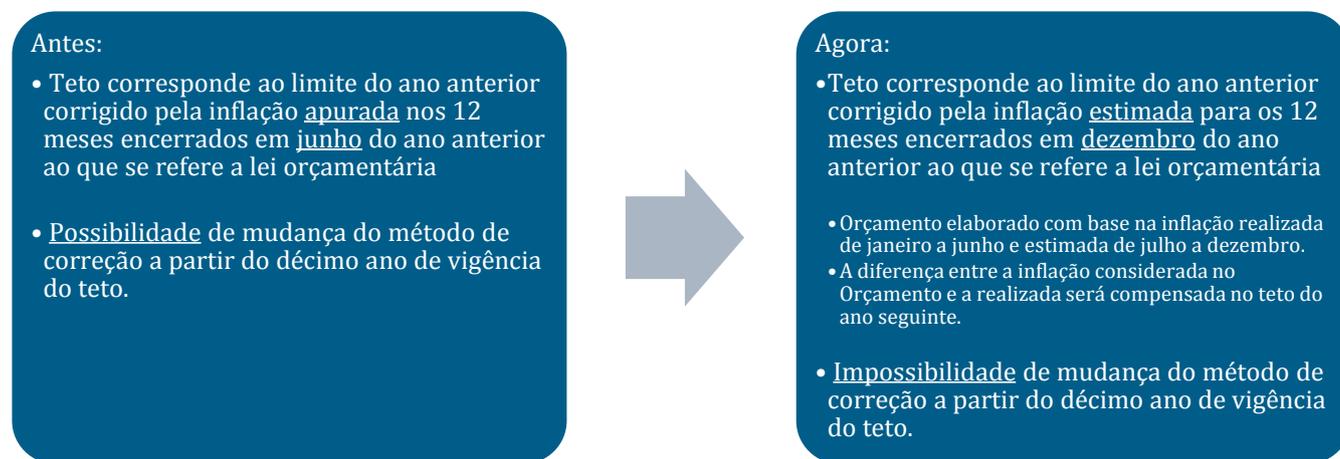
Sobre a mudança realizada no teto de gastos, pode-se destacar duas. A primeira alteração corresponde ao indexador que corrige o limite de gastos. Antes, a inflação utilizada era equivalente ao IPCA de junho acumulado em 12 meses e, com as alterações das ECs nº 113 e nº 114, passou a ser utilizada a inflação de dezembro acumulada em 12 meses.

A ideia por trás da regra anterior era que, no momento da elaboração e apresentação da Lei orçamentária anual (LOA), seria possível realizar a fixação de despesas conhecendo o valor exato do teto anual. Com a mudança, não é mais possível obter o valor realizado do IPCA para fins de apuração dos limites. Para contornar essa questão, as ECs nº 113 e nº 114 estabelecem que a inflação a ser utilizada será calculada para o primeiro semestre com dados realizados e para o segundo semestre com dados estimados. Durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária no Congresso, a estimativa para o segundo semestre e os demais parâmetros macroeconômicos serão atualizados mensalmente pelo Poder Executivo e enviados à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Se a inflação realizada for diferente da inflação considerada no Orçamento aprovado, a diferença deve ser incorporada ao teto do ano seguinte. O Quadro C mostra como o comparativo do antes e depois da regra do teto dos gastos.

Ainda na análise sobre teto de gastos, observa-se que ECs nº 113 e nº 114 também revogaram o art. nº 108 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O art. nº 118 previa que, a partir do décimo ano, o governo poderia alterar o fator de correção da regra fiscal. Ao realizar essa revogação, o cenário de médio prazo fica com uma previsibilidade melhor em relação ao teto de gastos.

QUADRO 3. COMPARATIVO DAS REGRAS DO TETO DE GASTOS



Fonte: Constituição Federal. Elaboração IFI.

No que diz respeito aos gastos com sentenças judiciais e precatórios, as ECs nº 113 e nº 114 estabeleceram as seguintes regras para o período de 2022 a 2026:

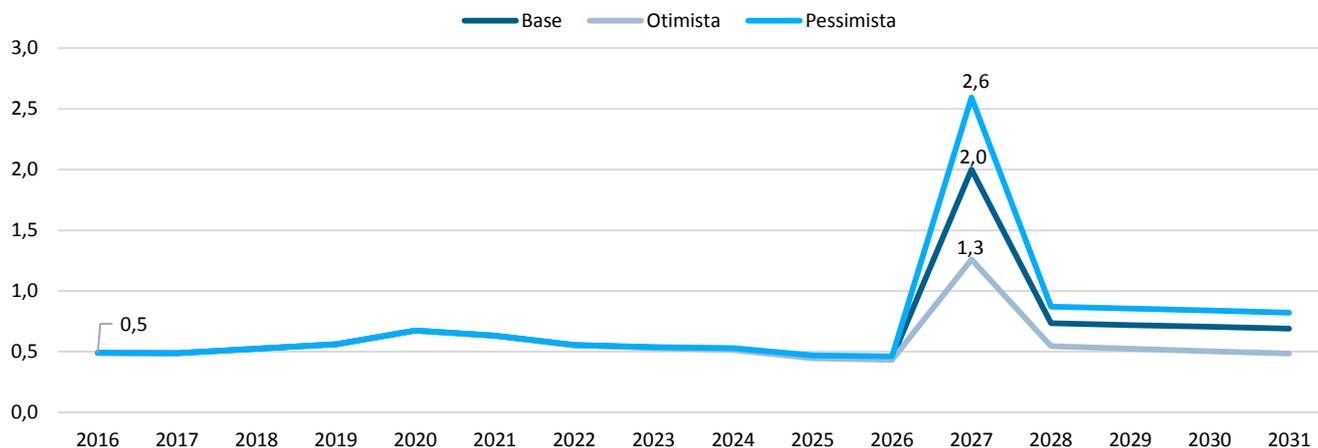
- a) Criação de um teto de despesas com sentenças judiciais e precatórios, cujo fator de correção do limite de precatórios é igual ao da regra de correção do teto de gastos.
- b) Exclusão dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) da regra do teto de gastos e do teto de precatório: os pagamentos serão de 40% neste ano, 30% em 2023 e 30% em 2025.
- c) Acordos com desconto de 40%: caso o precatório opte por receber o precatório no exercício da sua expedição, este poderá fazer com um desconto de 40% sobre o valor que a União tem a pagar. Esse acordo está fora da regra do teto de gastos e tende a contribuir positivamente para a redução dos passivos, a dúvida é em relação ao

potencial de adesão desses acordos. Nossos cenários partem da dotação orçamentária para esta rubrica em 2022. Os cenários consideram que esse volume de precatórios pagos no âmbito dos acordos irá variar de acordo com a taxa de inflação.

Como o limite de gastos com precatórios tem previsão para vigor até o exercício de 2026, entendemos que todo o passivo acumulado no período – sob a hipótese de que o fluxo de novas obrigações da União supere os pagamentos no ano – deverá ser pago no ano imediatamente posterior, isto é, 2027. Nos anos seguintes ao da quitação do passivo, a evolução do pagamento de precatórios deve respeitar o fluxo dos precatórios expedidos. A interrupção do limite sem uma regra de transição para o pagamento do passivo interrompe a trajetória de melhora do resultado primário.

Tanto para o cenário pessimista quanto para o otimista, o fluxo de precatórios expedidos cresce de acordo com a inflação. Além disso, o ponto de partida, isto é, a projeção de precatórios expedidos para 2023, varia entre o cenário otimista e pessimista. No cenário otimista, o valor dos precatórios expedidos para 2023 corresponde à média de 2018 a 2020 e no cenário pessimista, os precatórios expedidos para 2023 correspondem ao valor de 2022 corrigido pela inflação. O cenário base, neste caso, é definido pela média dos cenários otimista e pessimista. A depender da hipótese adotada para o fluxo de precatórios expedidos, maior ou menor será o passivo a ser quitado em 2027. O gráfico abaixo mostra o valor estimado para pagamento dos precatórios nos três cenários traçados pela IFI.

GRÁFICO 13. DESPESAS COM SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS (EM % DO PIB)



Fonte: Tesouro (2016 a 2021) e IFI (anos seguintes).

3.2 Teto de gastos

As incertezas sobre o teto de gastos para o médio prazo ampliaram-se. Ao acompanhar a aderência dos indicadores fiscais ao limite constitucional para as despesas primárias, a IFI utiliza uma medida de risco de descumprimento baseada no montante destinado às despesas discricionárias. Como elas são a principal variável de ajuste, no curto prazo, a IFI monitora a compatibilidade do gasto discricionário com o cumprimento das regras fiscais e, ao mesmo tempo, a possibilidade de manutenção dos serviços públicos.

Embora seja difícil de mensurar, a IFI calcula o nível mínimo de despesas discricionárias aquém do qual o funcionamento da máquina pública seria comprometido. Mas a incerteza, hoje, não se restringe à possibilidade de se cumprirem as regras vigentes. É nesse contexto em que se analisam os novos cenários para o teto de gastos.

No cenário base, o risco de descumprimento do teto se tornaria elevado em 2026. É difícil prever o comportamento do gasto discricionário a partir do momento em que ele atinge o patamar mínimo. Diante dessa dificuldade, nos nossos cenários permitimos que a despesa discricionária cresça pela inflação, sem cair a níveis ainda mais baixos, tampouco sem assumir nenhuma recuperação mais vigorosa.

Nas projeções da IFI, quando a estimativa de gasto discricionário se encontra entre 90% e 110% do patamar mínimo para essas despesas, o risco de descumprimento é classificado como moderado; abaixo de 90%, elevado; acima de 110%, baixo. Esse parâmetro objetivo pode ser complementado com outras informações que nos permitem avaliar o quadro geral do teto de gastos em determinado exercício.

A Tabela 14 mostra que, em 2026, o gasto discricionário passaria a ficar abaixo dos 90% do patamar mínimo e, com isso, o risco de descumprimento do teto passaria a ser elevado. No cenário otimista, o risco de descumprimento do teto de gastos passa de baixo até 2026 para elevado a partir de 2027. Essa reversão de baixo para elevado, sem ter um período de risco moderado reflete os riscos associados à regra dos precatórios.

TABELA 14. RISCO DE DESCUMPRIMENTO DO TETO DOS GASTOS.

Balanco de riscos: Teto de gastos	2022-2023	2024	2025	2026	2027-2031
Base	Baixo	Baixo	Moderado	Elevado	Elevado
Otimista	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Elevado
Pessimista	Baixo	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado

Fonte: IFI.

Com a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, para que possam ser acionadas as medidas compulsórias de ajuste com vistas ao retorno da despesa ao limite (os gatilhos do teto), o gasto obrigatório previsto na lei orçamentária deve atingir o patamar de 95% do gasto primário total sujeito ao teto. Isso não ocorreria em nenhum dos exercícios até 2026, o que torna a regra inócua. Na iminência de descumprimento do teto de gastos, a alternativa mais plausível seria alterá-lo no Congresso Nacional.

3.3 Resultado primário

No cenário base, a IFI projeta deficit primário de R\$ 19,2 bilhões, ou 0,2% do PIB, em 2022 (Tabela 15). O deficit é levemente menor do que os R\$ 33,7 bilhões de 2021. A redução do deficit se deve à recuperação da arrecadação, conforme comentamos na seção anterior. A projeção atual do governo para o deficit primário é mais elevado, R\$ 65,2 bilhões.

TABELA 15. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021 (Realizado)		2022 (Projeção IFI)		Diferença	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Receita total	1.932,6	22,3	2.151,8	22,2	219,1	-0,1
Transferências a E&M	353,5	4,1	406,5	4,2	52,9	0,1
Receita Líquida	1.579,1	18,2	1.745,3	18,0	166,2	-0,2
Despesa Primária	1.612,8	18,6	1.764,5	18,2	151,7	-0,4
Obrigatórias	1.489,0	17,2	1.628,2	16,8	139,2	-0,4
Discricionárias (Executivo)	123,8	1,4	136,3	1,4	12,5	0,0
Resultado primário	-33,7	-0,4	-19,2	-0,2	14,5	0,2
Meta de primário	-247,1		-170,5		76,6	0,0

Fonte: STN e IFI. Elaboração IFI.

No cenário base, o resultado primário voltaria a ser superavitário em 2025 (Gráfico 9). As projeções atuais até 2031 traçam trajetória semelhante às de dezembro. Algumas distinções, no entanto, são relevantes. No cenário de dezembro, a evolução do resultado primário era gradativa, atingia terreno positivo em 2025 e se mantinha com superavit até o fim do horizonte de projeção. No novo cenário, o primário melhora levemente até atingir superavit em 2025, mas em 2027 volta a apresentar deficit devido ao encerramento da vigência da regra que limita o pagamento dos precatórios e sentenças judiciais.

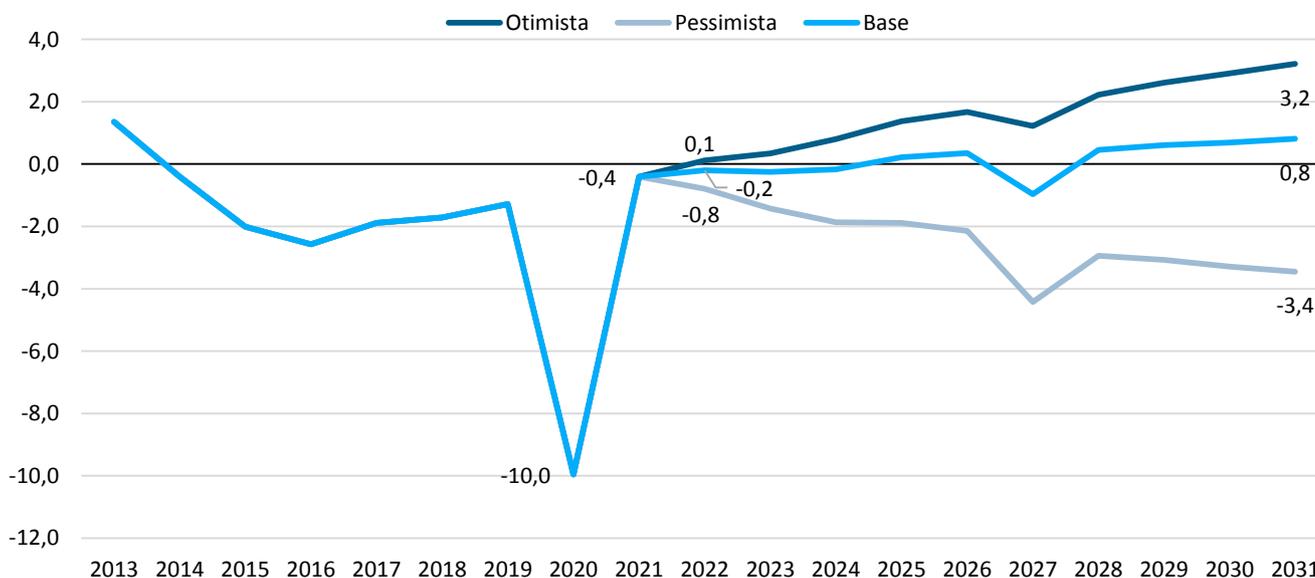
Os cenários otimista e pessimista contemplam os riscos negativos e positivos que afetam a trajetória prevista para os principais parâmetros macroeconômicos. As Tabelas 20, 21 e 22, no fim do relatório, detalham as projeções da IFI para o resultado primário do governo central no cenário base e nos dois cenários alternativos.

No cenário otimista, a projeção é de superavit primário de 0,1% do PIB, em 2022, contra deficit de 0,2%, no cenário base (Gráfico 14). Quanto ao período de 2023 a 2031, as receitas líquidas projetadas devem ficar em uma média de 17,7% do PIB, acima dos 17,3% do PIB projetados no cenário base atual para o mesmo período. Já as despesas apresentam média de 15,9% do PIB, abaixo da média do cenário base, de 17,1% do PIB. Assim, a projeção para o resultado primário, no cenário otimista, varia de superavit de 0,1% do PIB, em 2022, após deficit de 10,0%, em 2020 e de 0,4% em 2021, para superavit de 3,2% do PIB, em 2031.

Deficit primário estimado no cenário pessimista vai a R\$ 70,9 bilhões ou 0,8% do PIB em 2022. Para o período de 2023 a 2031, as receitas líquidas são estimadas em 16,2% do PIB, pela média anual, cerca de 1,2 p.p. abaixo das estimadas no cenário base. Do lado das despesas, a média anual projetada para o período é de 18,9% do PIB, superior à média do cenário base em 1,7 p.p. do PIB. Diferente dos outros dois cenários, no pessimista, o resultado primário não chega a ficar positivo e o deficit volta inclusive a crescer no fim do período preditivo.

O Gráfico 14 compara as curvas de resultado primário do governo central nos três cenários atuais: base, otimista e pessimista, em percentual do PIB.

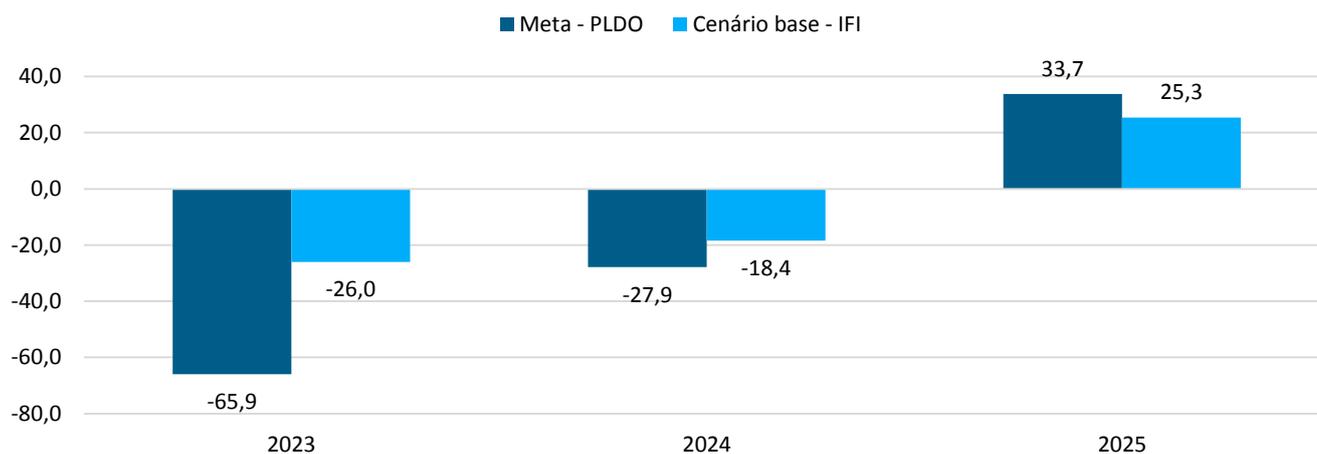
GRÁFICO 14. RESULTADO PRIMÁRIO - CENÁRIOS IFI (% DO PIB)



Fonte: Tesouro (2013 a 2021) e IFI (anos seguintes).

As metas fiscais para o próximo triênio (2023-2025) constantes no PLDO de 2023, tem previsão de deficit de R\$ 65,91 bilhões e R\$ 27,30 bilhões, para 2023 e 2024, respectivamente. Segundo o PLDO, apenas em 2025 o governo central voltaria a apresentar superavit primário de R\$ 33,70 bilhões. Comparando as metas para o resultado primário no horizonte de tempo do PLDO de 2023 com o cenário base da IFI, se observa que para 2023 e 2024 o primário projetado pela IFI deve ser melhor que a meta fiscal. Em 2025 o cenário base da IFI indica um risco moderado de descumprimento da meta de primário, uma vez que seu valor deve ficar abaixo da meta fiscal estabelecida no PLDO. O gráfico abaixo sintetiza essas diferenças.

GRÁFICO 15. META DE PRIMÁRIO E CENÁRIO DA IFI (R\$ BILHÕES)



Fonte: PLDO 2023 e IFI.

4. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA

Apresentam-se a seguir os cenários atualizados para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) no horizonte de 2022 a 2031, considerando as projeções apresentadas nas seções anteriores para as variáveis macroeconômicas e fiscais. Como a IFI tem alertado nas seções de conjuntura fiscal do RAF e nas últimas revisões de cenários, os riscos fiscais e a alta dos juros, fenômenos diretamente associados, afetam o custo médio da dívida pública.

De acordo com o Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), como proporção do PIB, mostrou tendência de queda ao longo de 2021 e do primeiro trimestre de 2022. Esse movimento decorre do maior aumento do PIB nominal (denominador) em relação ao estoque da DBGG (numerador). As projeções a serem apresentadas indicam que essa trajetória de queda da dívida continuará em 2022 nos cenários base e otimista. No pessimista, a DBGG ficaria estável em 2022 na comparação com o ano anterior.

Apesar de a queda na relação dívida/PIB configurar um fator positivo, é preciso ressaltar o contexto de aumento do custo médio da dívida, em linha com a alta da taxa básica de juros da economia (Selic). Em resposta a esse incremento no custo médio da dívida, a despesa de juros do setor público, como proporção do PIB, passou a subir em junho de 2021. Ainda que essa maior despesa de juros não tenha revertido a trajetória do resultado nominal do setor público, é preciso ter cautela em relação às pressões por maiores despesas no orçamento da União e a perda de credibilidade da regra do teto de gastos, alterada em dezembro passado para acomodar novas despesas primárias no orçamento. Esses fatores adicionam incerteza ao cenário e podem pressionar ainda mais o custo médio da dívida no futuro.

Em 2023, é provável que ganhe força o debate em relação a uma revisão nas atuais regras fiscais adotadas pelo Brasil. O desafio será o de retomar um arcabouço fiscal crível que possibilite a tarefa de, em um primeiro momento, estabilizar a relação dívida/PIB e, em um segundo momento, propicie a redução desse indicador.

4.1 Evolução recente dos juros e da dívida

Entre janeiro e março de 2022, PIB nominal cresceu R\$ 173,8 bilhões, enquanto a dívida subiu R\$ 36,0 bilhões.

A Tabela 16 contém informações referentes à dívida bruta e ao PIB, em termos nominais. Na segunda e na quarta colunas, constam as diferenças entre os valores de dívida e PIB nos meses de janeiro e março de 2016 a 2022. Entre janeiro e março de 2020, a DBGG aumentou R\$ 207,9 bilhões, enquanto o PIB registrou alta de R\$ 56,9 bilhões. Em 2021, entre os mesmos meses, a DBGG aumentou R\$ 50,8 bilhões e o PIB subiu R\$ 175,1 bilhões. Em 2022, nessa mesma base de comparação, a DBGG teve incremento de R\$ 36,0 bilhões, enquanto o PIB cresceu R\$ 173,8 bilhões.

Essa comparação é fundamental para entender que a queda da dívida em relação ao PIB ao longo de 2021 e nos três primeiros meses de 2022 não reflete necessariamente uma melhora do quadro fiscal, como pode sugerir a análise isolada do indicador.

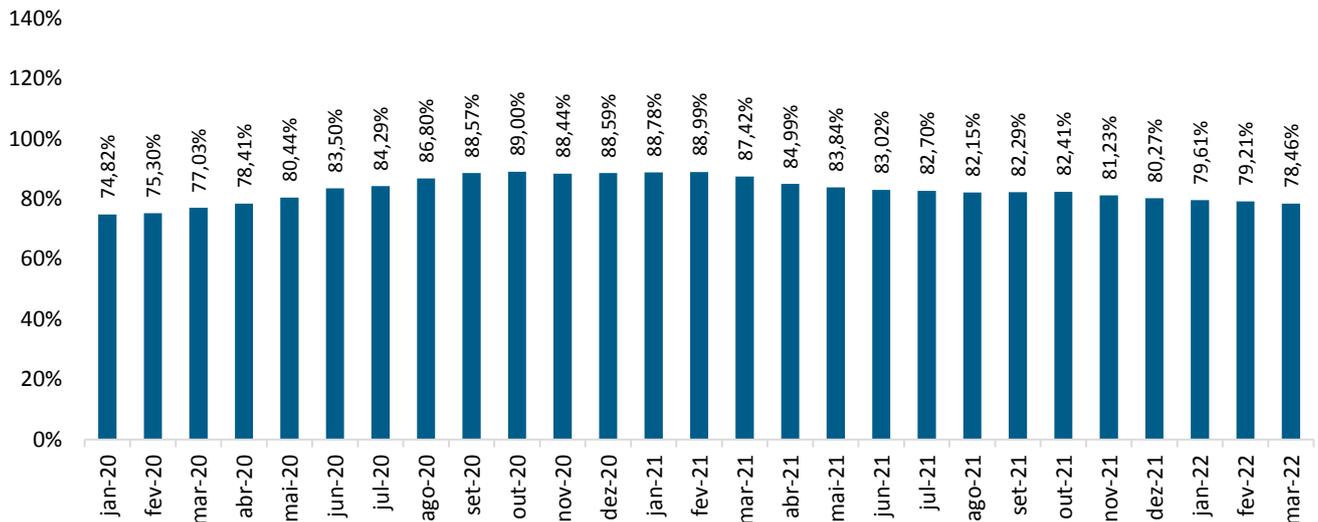
TABELA 16. EVOLUÇÃO DA DBGG E DO PIB EM TERMOS NOMINAIS (R\$ BILHÕES)

Mês	DBGG	Dif. Nominal (Jan-Mar)	PIB	Dif. Nominal (Jan-Mar)
Jan/16	3.992,8		6.003,1	
Mar/16	4.005,7	12,9	6.039,4	36,2
Jan/17	4.399,0		6.301,3	
Mar/17	4.527,0	128,0	6.354,9	53,5
Jan/18	4.904,3		6.624,2	
Mar/18	4.984,7	80,4	6.681,3	57,1
Jan/19	5.302,7		7.030,8	
Mar/19	5.431,0	128,3	7.081,9	51,0
Jan/20	5.550,5		7.418,5	
Mar/20	5.758,4	207,9	7.475,4	56,9
Jan/21	6.670,3		7.512,9	
Mar/21	6.721,1	50,8	7.688,0	175,1
Jan/22	6.973,2		8.759,7	
Mar/22	7.009,3	36,0	8.933,5	173,8

Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Endividamento teve queda nos últimos meses, tendo alcançado 78,5% do PIB em março. O Gráfico 16 apresenta a evolução da dívida/PIB desde janeiro de 2020. Como se vê, pelos dados oficiais do Banco Central, houve uma redução do endividamento ao longo de 2021, com uma interrupção no terceiro trimestre do ano, e no primeiro trimestre de 2022. Em março, a DBGG caiu a 78,5% do PIB, mesmo patamar do início de 2020. Até o fim de 2022, como será apresentado adiante neste texto, a DBGG deve se estabilizar ao redor de 78% do PIB.

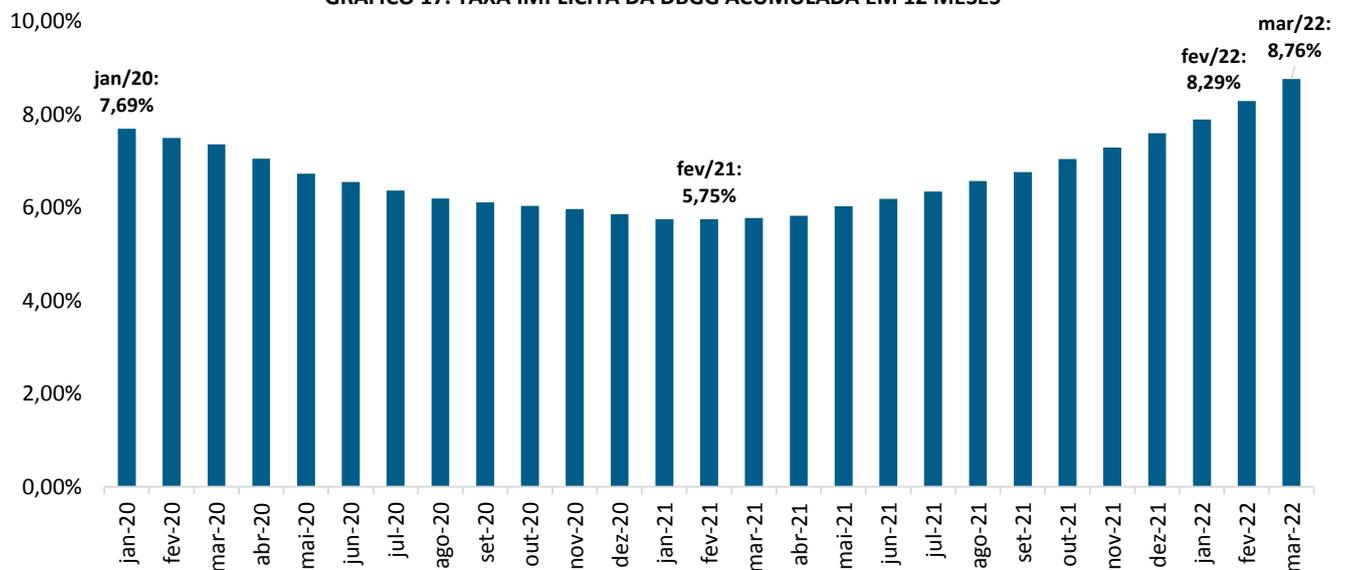
GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DA DBGG EM PROPORÇÃO DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Taxa implícita da dívida bruta acumulada em 12 meses registra aumento desde março de 2021. O resultado oriundo da diminuição da relação dívida/PIB, ocasionada por período de inflação elevada, com efeitos sobre o PIB nominal, é temporário. Isso ocorre porque, em um segundo momento, o aumento dos juros para conter a alta dos preços, pelo Banco Central, afeta o custo médio da dívida e encarece a emissão de novos títulos. Isto já está ocorrendo, como pode ser observado no Gráfico 17, que contém a evolução da taxa implícita da DBGG ao período recente.

GRÁFICO 17. TAXA IMPLÍCITA DA DBGG ACUMULADA EM 12 MESES



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Incremento na taxa implícita afeta a despesa de juros do setor público. O aumento da taxa implícita acumulada em 12 meses, de 5,7% em fevereiro de 2021 para 8,8% em março de 2022 já produz efeitos sobre a conta de juros do setor público e sobre a dinâmica da dívida. Nas últimas edições da conjuntura fiscal do RAF, a IFI tem apresentado o aumento desse custo médio da dívida e a relação desse movimento com o aperto de juros promovido pelo Banco Central. Atualmente a taxa Selic encontra-se no nível de 12,75% a.a. e deverá sofrer nova elevação na reunião de junho do Comitê de Política Monetária (Copom).

Despesa de juros do setor público subiu de 4,03% do PIB em março de 2021 para 4,52% do PIB em março de 2022 no acumulado de 12 meses. Na comparação em 12 meses, o pagamento líquido de juros do setor público passou de R\$ 309,9 bilhões em março de 2021 para R\$ 403,8 bilhões em março deste ano. Em proporção do PIB, essa despesa cresceu de 4,03% do PIB para 4,52% do PIB no período. De acordo com o Banco Central, esse aumento só não foi maior em razão do resultado de operações de swap cambial no período (perda de R\$ 16,6 bilhões em março de 2021 e ganho de R\$ 40,3 bilhões em março de 2022), que mais do compensou os aumentos da Selic e da inflação no período.

O aumento da despesa de juros anula parte dos ganhos obtidos no resultado primário do setor público, em parte explicados pelo movimento das receitas – influenciado pela inflação e pelas commodities – e em parte pelo forte resultado superavitário dos estados e municípios.

Superavit primário dos governos regionais atingiu 1,4% do PIB no acumulado de 12 meses até março. A dinâmica dos resultados dos estados e municípios reflete também a alta da arrecadação tributária, influenciada, por sua vez, pela inflação. De acordo com as informações do Banco Central, o resultado primário dos estados e municípios está em R\$ 52,0 bilhões no acumulado do primeiro trimestre de 2022. Em 12 meses até março, o superávit desses entes alcançou R\$ 123,3 bilhões (1,4% do PIB), ante R\$ 97,7 bilhões do acumulado de janeiro a dezembro de 2021 (1,1% do PIB). Em outras palavras, os dados evidenciam que o superavit primário dos governos regionais continua crescendo, amparado em ganhos de arrecadação e despesas relativamente controladas. Eventuais reajustes de salários do funcionalismo ainda não influenciaram a dinâmica dos resultados primários dos entes subnacionais, o que configura um risco a ser monitorado pela IFI.

A Tabela 19, ao final da seção, apresenta as projeções para o resultado nominal do setor público consolidado. Isto é, além do resultado primário do governo central, já discutido na seção anterior, consideram-se as trajetórias para os estados, municípios e empresas estatais e os pagamentos de juros.

4.2 Projeções

Expectativa da IFI é que a DBGG alcance 78,9% do PIB em dezembro de 2022. Na revisão de cenários apresentada em dezembro de 2021, a IFI projetava a dívida bruta a 84,8% do PIB em 2022. Agora, apesar da revisão para cima na projeção da Selic, a melhora do resultado primário do setor público consolidado colaborará para um patamar da DBGG a 78,9% do PIB até dezembro (Gráfico 18).

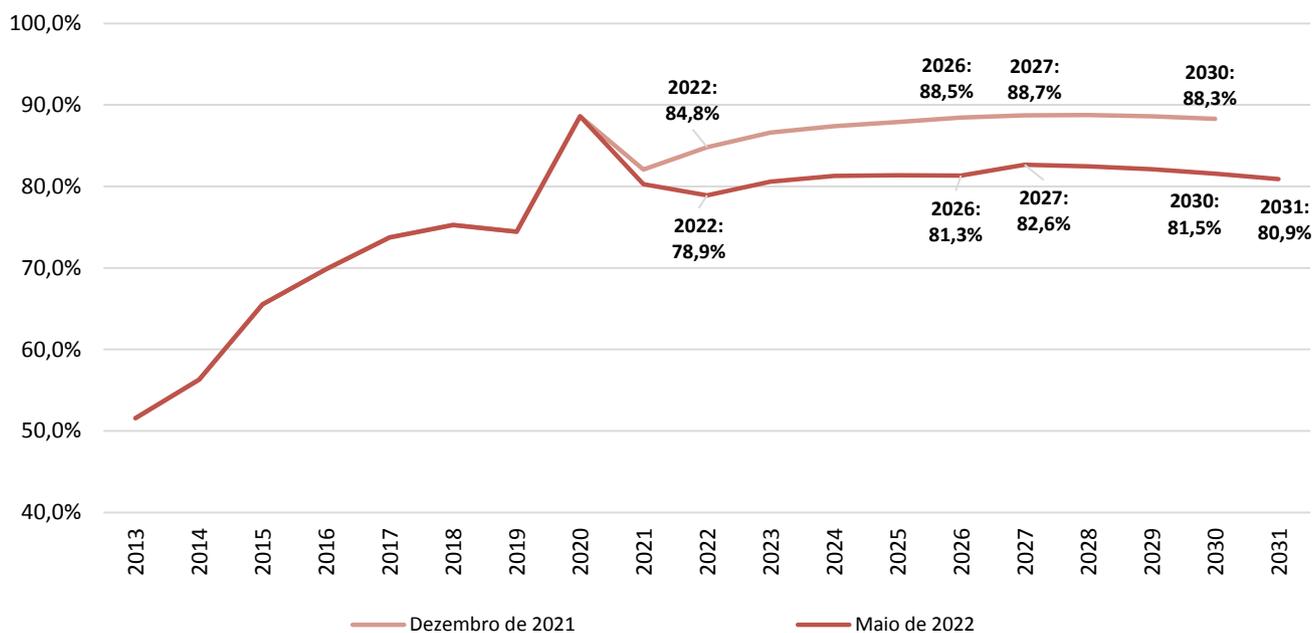
Superavit primário do setor público consolidado deve atingir R\$ 71,5 bilhões (0,7% do PIB) em 2022. O acréscimo projetado para a DBGG em proporção do PIB a partir de 2023 é explicado pela redução do superavit primário do setor público esperado, de R\$ 71,5 bilhões (0,7% do PIB), em 2022, para R\$ 24,2 bilhões no próximo ano (0,2% do PIB). Em 2024, esse superavit cairia a R\$ 6,8 bilhões (0,06% do PIB), de acordo com a nova projeção da IFI. Essa redução do superavit primário do setor público consolidado nos próximos anos decorreria de um arrefecimento no ritmo de crescimento da arrecadação, assim como de um aumento nas despesas.

Pagamento de precatórios a partir de 2027 vai provocar piora no resultado primário do setor público. Como mencionado na seção anterior, a introdução de um limite para despesas com precatórios na Constituição alivia a execução

orçamentária no curto prazo, favorecendo o resultado primário do governo central até 2026. No entanto, pela regra constitucional, a partir de 2027, o passivo acumulado precisará ser quitado, o que produzirá piora no resultado primário do governo central (e do setor público, por conseguinte).

Com o pagamento dos precatórios, a IFI estima um incremento de 1,3 p.p. na DBGG em proporção do PIB, em 2027, no cenário base. O retorno dos pagamentos de precatórios em 2027 influencia a projeção da DBGG para aquele ano, quando o resultado primário do setor público deverá ser negativo em R\$ 126,4 bilhões, ante superavit de R\$ 43,8 bilhões a ser apurado em 2026. O pagamento de precatórios vai gerar um salto de 1,3 p.p. na DBGG, no cenário base, que subirá de 81,3% do PIB, em 2026, para 82,6% do PIB em 2027.

GRÁFICO 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2022-2031) - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

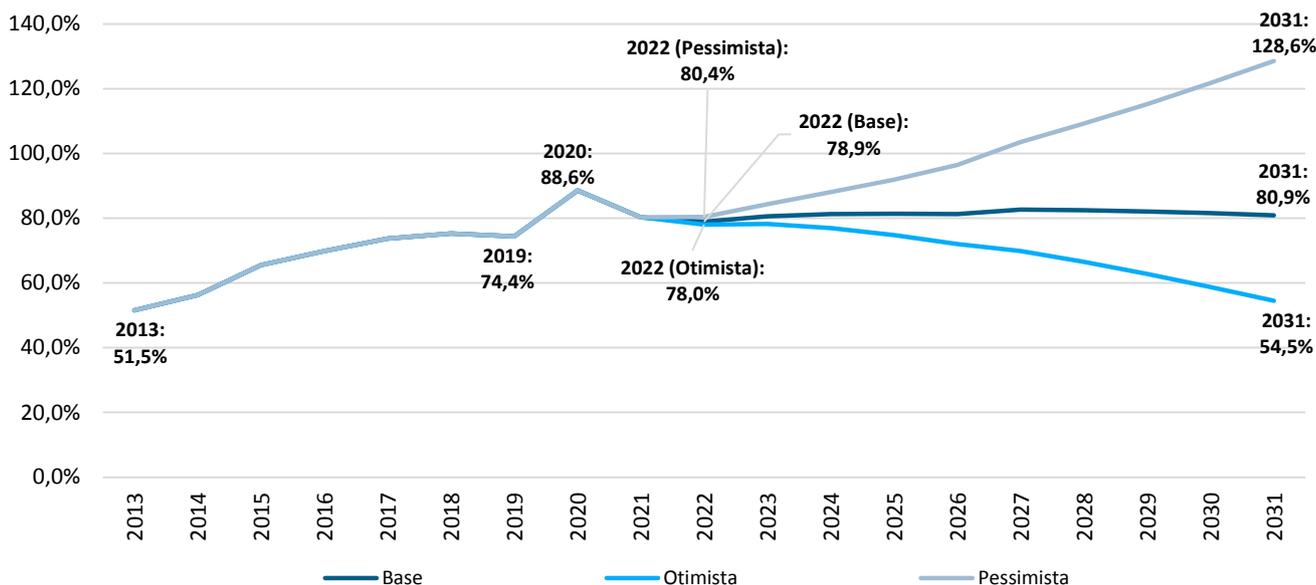
Projeção para a DBGG é de 78,0% do PIB, no cenário otimista, e de 80,4% do PIB, no cenário pessimista, em 2022.

Para 2022, nos cenários otimista e pessimista, respectivamente, a IFI estima a relação dívida/PIB em 78,0% e 80,4%. O cenário base prevê que a DBGG alcance o nível de 80,9% do PIB em 2031. No pessimista, a dívida alcançaria 128,6% do PIB e, no otimista, 54,5% do PIB até 2031.

Queda nos níveis de endividamento dependerá da capacidade de geração de superavit primários maiores. Ainda em relação a trajetória da DBGG em relação ao PIB no horizonte de 2022 a 2031, a perspectiva é de relativa estabilidade, considerando os parâmetros macroeconômicos apresentados na primeira seção, e dada a tendência considerada de resultados primários do setor público. Importante observar os fatores de risco que possam comprometer o crescimento projetado para a economia e a dinâmica dos resultados primários, que fariam a dívida crescer. A eventual queda no endividamento do setor público passa por aumentar a capacidade de geração de superavit primários nos próximos anos.

O Gráfico 19 consolida as trajetórias esperadas nos três cenários da IFI.

GRÁFICO 19. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

As principais premissas para as trajetórias da dívida e as projeções completas, nos cenários base, otimista e pessimista, podem ser visualizadas na Tabela 17 e na Tabela 18 a seguir.

TABELA 17. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA – MÉDIAS DE 2022 A 2031

Cenário base								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	63,2	-135,8	-85,2	-51,7	37,4	0,4	34,2	45,1
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.238	10.569	10.865	11.145	11.604	11.997	12.200	12.852
Crescimento real do PIB (%)	2,3%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%	2,0%	1,9%
Taxa real de juros (%)	3,0%	2,7%	3,1%	3,2%	3,2%	3,4%	3,6%	4,1%
Cenário otimista								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	236,2	46,89	150,4	124,5	181,4	140,6	168,83	269,4
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.856	11.289	11.428	11.747	12.313	12.533	12.702	13.413
Crescimento real do PIB (%)	3,4%	3,5%	3,4%	3,5%	3,5%	3,3%	3,1%	2,8%
Taxa real de juros (%)	2,2%	2,2%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,7%	3,3%
Cenário pessimista								
	nov/19	nov/20	fev/21	mai/21	jun/21	out/21	dez/21	mai/22
Resultado primário (R\$ bilhões)	43,03	-305,2	-300,6	-252,2	-83,5	-135,4	-242	-336,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.519	10.521	10.744	11.170	11.549	12.099	12.171	13.110
Crescimento real do PIB (%)	1,2%	1,4%	1,3%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%	1,0%
Taxa real de juros (%)	4,6%	4,8%	4,6%	4,7%	4,7%	5,2%	5,0%	5,4%

** Nas revisões de nov/19 a dez/21, a média considera o período de 2022 a 2030. A partir de mai/22, a média passou a considerar o término do horizonte de projeção em 2031.

Fonte: IFI.

TABELA 18. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2031 – RAF DE MAI/22 E ATUAL

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	dez/21	mai/22	dez/21	mai/22	dez/21	mai/22
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%	88,6%
2021	82,1%	80,3%	81,6%	80,3%	82,5%	80,3%
2022	84,8%	78,9%	82,9%	78,0%	87,1%	80,4%
2023	86,6%	80,6%	83,0%	78,3%	91,3%	84,3%
2024	87,4%	81,3%	81,6%	77,0%	95,3%	88,1%
2025	87,9%	81,4%	79,9%	74,8%	100,0%	92,0%
2026	88,5%	81,3%	78,1%	72,1%	105,4%	96,4%
2027	88,7%	82,6%	75,8%	69,9%	111,4%	103,5%
2028	88,8%	82,5%	73,0%	66,5%	118,1%	109,2%
2029	88,6%	82,1%	69,6%	62,8%	125,4%	115,3%
2030	88,3%	81,5%	65,9%	58,7%	133,4%	121,8%
2031		80,9%		54,5%		128,6%

Fonte: IFI.

Expectativa da IFI é de um superavit primário de R\$ 71,5 bilhões dos governos regionais em 2022. A atual projeção da dívida/PIB para 2022 no cenário base é afetada pelo superavit primário do setor público consolidado. A projeção de R\$ 12,4 bilhões de dezembro passado foi revista para R\$ 71,5 bilhões em razão, principalmente, do resultado primário dos governos regionais, para o qual a IFI estima R\$ 90,7 bilhões neste ano. Em 2021, o superavit de estados e municípios foi de R\$ 100,7 bilhões. Para o governo central, a IFI estima um deficit primário de R\$ 19,2 bilhões em 2022.

Inflação mais elevada propiciou redução mais acentuada do endividamento público como proporção do PIB. A dívida/PIB encerrará 2022 em 78,9% no cenário base, 5,9 p.p. abaixo da projeção anterior de dezembro, e 4,4 p.p. acima do realizado em 2019 (antes da pandemia). Ainda que os resultados das variáveis fiscais tenham sido melhores do que os projetados na fase mais aguda da pandemia, é importante ter claro que, em boa medida, esse desempenho deveu-se à inflação mais alta, que impulsiona as receitas de tributos no curto prazo, afetando o resultado primário.

Em um segundo momento, essa inflação mais elevada provoca reação da autoridade monetária, que aumenta os juros básicos da economia para trazer a inflação a uma trajetória de convergência para a meta. Nesse contexto, o custo médio da dívida pública sobe. A trajetória para a DBGG no cenário pessimista reflete bem essa situação. No cenário base, por sua vez, a convergência do crescimento da economia para uma taxa como 2% garante um aumento continuado da arrecadação e a geração de resultados primários que mantêm a dívida relativamente estável como proporção do PIB.

O desafio estrutural das contas públicas continua a ser o de garantir uma trajetória menos incerta para o endividamento público. As recentes mudanças no teto de gastos, consagradas na chamada PEC dos Precatórios, pioraram as expectativas e explicam, em alguma medida, a deterioração dos juros de mercado precificados para o médio prazo. O crescimento

econômico mais baixo no ano que vem, em razão do esfriamento da atividade econômica, afetará a dinâmica da arrecadação e, portanto, do resultado primário.

No médio e longo prazo, trajetória da arrecadação de tributos segue o crescimento da economia. A tendência é que os governos regionais utilizem parte dos saldos positivos acumulados em 2021 e 2022 para ampliar despesas neste ano e no próximo. No governo central, por sua vez, a arrecadação – conforme Estudo Especial nº 16, publicado pela IFI (já referenciado na seção de Cenários Fiscais) – não deverá crescer acima do PIB. A elasticidade receita-PIB de médio prazo circunda a unidade. Também as despesas do governo central serão pressionadas pela mudança no teto e no regime dos precatórios.

Perspectiva é de recuperação da economia modesta em um contexto de juros elevados e inflação ainda persistente. O cenário pessimista exacerba o conjunto de riscos negativos, como se vê no Gráfico 19. As recentes decisões no campo da política fiscal – limitação do pagamento de precatórios e mudança na regra do teto de gastos – reforçam a probabilidade desta versão dos cenários da IFI. Por ora, a IFI entende que a saída da crise combinará baixo crescimento, juros elevados e inflação ainda persistente. O reequilíbrio das contas públicas, nesse sentido (mas sem a colaboração da inflação), estará na agenda do país mesmo ao longo do ano eleitoral.

Selic mais alta pressionará a despesa de juros do setor público em 2022 e 2023. A Tabela 19 indica a persistência de deficit nominais expressivos após a melhora projetada para 2022. A conta de juros, que ficou em 5,2% do PIB, em 2021, deverá encerrar 2022 em 6,7% do PIB. Para 2023, a elevação da Selic e da taxa implícita da dívida, na esteira do aumento das taxas requeridas nos leilões do Tesouro Nacional, poderá levar a juros de 6,0% do PIB, com deficit nominal de 5,7% do PIB no setor público consolidado. As projeções para os cenários otimista e pessimista podem ser visualizadas a seguir.

TABELA 19. RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,6%	-9,4%	4,2%	-13,6%	-9,4%	4,2%	-13,6%	-9,4%	4,2%
2021	-4,4%	0,7%	5,2%	-4,4%	0,7%	5,2%	-4,4%	0,7%	5,2%
2022	-5,9%	0,7%	6,7%	-5,1%	1,1%	6,2%	-7,4%	0,2%	7,6%
2023	-5,7%	0,2%	6,0%	-4,3%	0,9%	5,2%	-8,6%	-1,0%	7,6%
2024	-4,5%	0,1%	4,6%	-2,9%	1,1%	4,0%	-8,0%	-1,7%	6,3%
2025	-3,7%	0,3%	4,0%	-1,7%	1,5%	3,2%	-8,1%	-1,8%	6,3%
2026	-3,5%	0,4%	3,9%	-1,2%	1,7%	2,9%	-8,9%	-2,2%	6,7%
2027	-5,0%	-1,0%	4,0%	-1,6%	1,2%	2,9%	-11,9%	-4,5%	7,4%
2028	-3,6%	0,5%	4,1%	-0,5%	2,3%	2,7%	-11,0%	-3,0%	8,0%
2029	-3,5%	0,6%	4,1%	0,1%	2,6%	2,6%	-11,7%	-3,1%	8,6%
2030	-3,3%	0,7%	4,0%	0,6%	2,9%	2,3%	-12,5%	-3,3%	9,2%
2031	-3,2%	0,8%	4,0%	1,1%	3,3%	2,1%	-13,4%	-3,5%	9,9%

Fonte: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 20. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita Bruta	22,3	22,2	22,1	21,9	21,9	21,7	21,5	21,3	21,0	20,7	20,4
Transferências por repartição de receita a E&M	4,1	4,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,8
Receita Líquida	18,2	18,0	17,9	17,7	17,7	17,6	17,4	17,3	17,1	16,8	16,6
Despesa Primária	18,6	18,2	18,1	17,9	17,5	17,2	18,4	16,8	16,5	16,1	15,8
Obrigatórias	17,2	16,8	16,7	16,5	16,1	15,9	17,1	15,6	15,2	15,0	14,6
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,3	8,2	8,1	8,0	8,6	7,9	7,8	7,6	7,5
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,6	3,5	3,4	3,3	3,5	3,2	3,1	3,1	3,0
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	0,2	0,2	0,2
Subsídios e Subvenções	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,8	2,4	2,4	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7
Discrecionárias do Poder Executivo	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1
Resultado Primário	-0,4	-0,2	-0,3	-0,2	0,2	0,4	-1,0	0,4	0,6	0,7	0,8
Memo:											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.679,5	9.697,1	10.369,2	11.029,9	11.681,4	12.364,7	13.093,0	13.868,0	14.695,0	15.578,1	16.508,7

TABELA 21. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita Bruta	22,3	22,3	22,3	22,4	22,4	22,2	21,9	21,7	21,5	21,3	21,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,1	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2	4,1	4,1	4,0
Receita Líquida	18,2	18,1	18,1	18,1	18,1	17,9	17,7	17,6	17,4	17,2	17,0
Despesa Primária	18,6	18,0	17,7	17,3	16,7	16,2	16,5	15,3	14,8	14,3	13,8
Obrigatórias	17,2	16,6	16,3	15,9	15,4	15,0	15,3	14,2	13,7	13,2	12,8
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,2	8,0	7,8	7,6	7,8	7,3	7,1	6,9	6,7
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,5	3,4	3,3	3,1	3,2	2,9	2,8	2,7	2,6
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
Subsídios e Subvenções	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,7	2,3	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9	1,7	1,7	1,6
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,2	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6	1,6	1,5
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
Discricionárias do Poder Executivo	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0
Resultado Primário	-0,4	0,1	0,3	0,8	1,4	1,7	1,2	2,2	2,6	2,9	3,2
Memo:											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.679,5	9.738,8	10.434,0	11.178,9	11.948,3	12.778,5	13.678,2	14.654,7	15.712,7	16.852,3	18.045,7

TABELA 22. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita Bruta	22,3	21,4	20,9	20,6	20,5	20,3	20,0	19,8	19,5	19,3	19,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,1	4,1	4,0	4,0	4,0	3,9	3,8	3,8	3,7	3,7	3,6
Receita Líquida	18,2	17,3	16,9	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,8	15,7	15,5
Despesa Primária	18,6	18,1	18,3	18,5	18,4	18,5	20,6	18,9	18,9	18,9	18,9
Obrigatórias	17,2	16,7	16,9	17,1	17,0	17,2	19,3	17,6	17,6	17,7	17,7
Benefícios previdenciários	8,2	8,1	8,5	8,5	8,6	8,6	9,6	8,9	8,9	8,9	9,0
Pessoal e encargos sociais	3,8	3,5	3,7	3,8	3,8	3,9	4,3	4,1	4,1	4,2	4,2
Abono e Seguro desemprego	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Abono salarial	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	3,1	2,8	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2
sem Controle de Fluxo	1,5	0,5	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,7	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1
<i>dos quais</i> Bolsa Família / Auxílio Brasil	0,3	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Discricionárias do Poder Executivo	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Resultado Primário	-0,4	-0,7	-1,4	-1,9	-1,9	-2,1	-4,4	-2,9	-3,1	-3,3	-3,4
Memo:											
Gastos com a Covid-19	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PIB nominal (R\$ bilhões)	8.679,5	9.693,9	10.451,5	11.147,7	11.838,6	12.572,8	13.358,1	14.198,3	15.096,3	16.048,6	17.074,8

Projeções da IFI

	2017	2018	2019	2020	2021	Projeções					
						2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,32	1,78	1,22	-3,88	4,62	1,02	1,02	1,99	2,01	2,06	2,09
PIB – nominal (R\$ bilhões)	6.585	7.004	7.389	7.468	8.679	9.697	10.369	11.030	11.681	12.365	13.093
IPCA – acum. (% no ano)	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06	7,85	4,04	3,23	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,31	3,87	4,03	5,20	5,58	5,10	5,15	5,19	5,22	5,25	5,28
Ocupação - crescimento (%)	0,32	1,73	2,23	-7,75	4,99	5,00	0,49	0,95	0,97	0,99	1,01
Massa salarial - crescimento (%)	1,99	3,29	2,73	-3,69	-2,36	0,28	1,02	1,99	2,01	2,06	2,09
Selic – fim de período (% a.a.)	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25	9,50	7,50	7,00	7,00	7,00
Juros reais <i>ex-ante</i> (% a.a.)	2,82	2,61	0,79	-0,70	6,39	5,68	4,49	3,95	3,92	3,90	3,89
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-1,68	-1,55	-0,84	-9,41	0,75	0,74	0,23	0,06	0,32	0,36	-0,97
dos quais Governo Central	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-0,39	-0,20	-0,25	-0,17	0,22	0,35	-0,97
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	6,09	5,41	4,97	4,18	5,17	6,68	5,98	4,60	3,98	3,88	4,02
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,77	-6,96	-5,81	-13,60	-4,42	-5,94	-5,75	-4,54	-3,66	-3,52	-4,99
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	78,9	80,6	81,3	81,4	81,3	82,6

ifi



ifi Instituição Fiscal
Independente

 /INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãofiscalindependente

 github.com/ifibrasil

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875